

II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA

Disputas Políticas e Práticas de Poder

7 a 10 de junho de 2011

CADERNO DE RESUMOS

Yuri Michael Pereira Costa
Marcelo Cheche Galves
Fernando da S. Sampaio
(Organizadores)

ORGANIZAÇÃO:



Curso de História
UEMA

APOIO:



II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA

Disputas Políticas e Práticas de Poder

CADERNO DE RESUMO

**II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA: DISPUTAS
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PODER**

Período: 7 a 10 de junho de 2011.

**Local: Universidade Estadual do Maranhão
Prédio da Arquitetura, Centro Histórico**

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. André Roberto de Arruda Machado - Universidade Federal de São Paulo

Dr. César Augusto Castro - Universidade Federal do Maranhão

Dr. José Henrique de Paula Borralho - Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Josenildo de Jesus Pereira - Universidade Federal do Maranhão

Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo – Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Lyndon de Araújo Santos - Universidade Federal do Maranhão

Dr. Marcelo Cheche Galves - Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Mônica de Souza Nunes Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dr. Nielson Rosa Bezerra - Universidade Estadual do Maranhão

Dra. Regina Helena Martins de Faria - Universidade Federal do Maranhão

Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz - Universidade Federal do Piauí

Dr. Theo Lobarinhas Piñeiro - Universidade Federal Fluminense

SECRETARIA DO EVENTO

Luísa Moraes Silva Cutrim

Raissa Gabrielle Vieira Cirino

EDITORAÇÃO

Fernando da Silva Sampaio

ORGANIZAÇÃO DESTE VOLUME

Marcelo C. Galves; Yuri Michael P. Costa; Fernando da S. Sampaio

APOIO INSTITUCIONAL

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
(FAPEMA)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Associação Nacional de História/ANPUH: Seção Regional do Maranhão.

Curso de História (UEMA)

Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: disputas políticas e práticas de poder (2.:2011: São Luís, MA).

II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: disputas políticas e práticas de poder de 7 a 10/06/2011 / organizadores, Marcelo Cheche Galves, Yuri Michael Pereira Costa, Fernando da Silva Sampaio. – São Luís, 2011.

41 p.

1.História. 2.Brasil. 3.Maranhão. 4.Império. I.Galves, Marcelo Cheche. II.Costa, Yuri Michael. III.Sampaio, Fernando da Silva. IV.Título

ISBN – **Em processamento**

CDU: 94(812.1)

SUMÁRIO

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS – PROGRAMAÇÃO	05
SIMPÓSIO TEMÁTICO 1 - ESCRAVIDÃO, GÊNERO E IDENTIDADES NO BRASIL, SÉCULO XIX ...	06
SIMPÓSIO TEMÁTICO 2 – UMA PERSPECTIVA FORA DO EIXO: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO A PARTIR DAS PROVÍNCIAS DO NORTE	13
SIMPÓSIO TEMÁTICO 3 - O ESPAÇO DA POLÍTICA NOS ESTUDOS SOBRE O OITOCENTOS.....	17
SIMPÓSIO TEMÁTICO 4 – HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA	20
SIMPÓSIO 5 – HISTÓRIA E LITERATURA.....	23
SIMPÓSIO 6 – HISTÓRIA, SERTÃO E MEMÓRIA	27
SIMPÓSIO TEMÁTICO 7 - SOCIEDADE, ECONOMIA E TRABALHO NO BRASIL OITOCENTISTA ...	29
SIMPÓSIO TEMÁTICO 8 – AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MARANHÃO OITOCENTISTA.....	31
SIMPÓSIO TEMÁTICO 9 – CATOLICISMO NO BRASIL OITOCENTISTA: FONTES, ARQUIVOS E ABORDAGENS HISTÓRICAS	33
SIMPÓSIO TEMÁTICO 10 – CULTURAS, REPRESENTAÇÕES, FESTAS, RELIGIOSIDADES E COTIDIANO NO BRASIL OITOCENTISTA	35

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS – QUADRO / PROGRAMAÇÃO

Salas / Dias*	08 DE JUNHO	09 DE JUNHO	10 DE JUNHO
SALA 1	SIMPÓSIO TEMÁTICO 01	SIMPÓSIO TEMÁTICO 01	SIMPÓSIO TEMÁTICO 01
SALA 2	SIMPÓSIO TEMÁTICO 02	SIMPÓSIO TEMÁTICO 02	SIMPÓSIO TEMÁTICO 06
SALA 3	SIMPÓSIO TEMÁTICO 03	SIMPÓSIO TEMÁTICO 05	SIMPÓSIO TEMÁTICO 05
SALA 4	SIMPÓSIO TEMÁTICO 04	SIMPÓSIO TEMÁTICO 07	SIMPÓSIO TEMÁTICO 08
SALA 5	SIMPÓSIO TEMÁTICO 10	SIMPÓSIO TEMÁTICO 10	SIMPÓSIO TEMÁTICO 10
SALA 6	SIMPÓSIO TEMÁTICO 09		

* Os simpósios temáticos ocorrerão nas salas do Prédio da Arquitetura, Centro Histórico, UEMA, no 1º andar.

Coordenação: Dr. Nielson Rosa Bezerra (FBN-UEMA)
Ms. Tatiana Reis (UFBa-UEMA)

DIA: 08/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 1.

TEMA: Tráfico Atlântico, Comércio e Identidades Africanas no Brasil Oitocentista

EXPERIÊNCIAS ATLÂNTICAS: AFRICANOS E CRIoulos NA CONSTRUÇÃO DO QUILOMBO DO BORRACHUDO (BARRA DO RIO DE CONTAS - SÉCULO XIX)

Valdinéia de Jesus Sacramento

Neste trabalho, busca-se analisar a trajetória histórica dos Quilombos do Borrachudo durante a década de 1830, destacando a natureza das relações sociais econômicas e políticas, criadas nos universos dos quilombolas e partilhadas por outros agentes sociais. O estudo desses mocambos permitiu examinar padrões de rebeldia escrava no sentido mais amplo e aponta de maneira empírica para a gestação de uma organização sócio-econômica construídas por comunidades de fugitivos e compartilhadas por escravos, libertos e livres das Vilas de Camamu, Ilhéus e Maraú no século XIX. Imprimindo tons, cores e lógicas próprias à sociedade local e adjacências, africanos e crioulos, na condição de fugitivos, conseguiram modificar as vidas daqueles que continuavam no cativeiro.

NAÇÕES E ETNIAS AFRICANAS: O TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O MARANHÃO (1770-1820)

Reinaldo dos Santos Barroso Junior

Os escravos africanos presentes na capitania do Maranhão na virada do século XVIII para o XIX demonstram uma transição dos locais de procedência do tráfico de escravos, oriundos, primeiramente, da Costa do Arroz (a costa da Alta-Guiné) para os aqueles provenientes da Costa da Mina e de Angola. Este trabalho restringe-se em evidenciar a quantidade de africanos em São Luís do Maranhão, através dos livros de registro paroquial, sinalizando para a existência de diferentes etnias e nações que reportam para esta transição, além de sugerir diferentes motivos para a transição da Costa do Arroz para a Costa da Mina.

LADINOS E BOÇAIS, AFRICANOS E CRIoulos: UMA HISTÓRIA DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Anna Carolina Vieira Cavalcanti Medeiros

O Brasil é um país negro. Essa afirmação se justifica pelo longo período de nossa história em que a escravidão foi utilizada como a principal forma de exploração do trabalho. Milhões de pessoas foram retiradas da convivência familiar que tinham na África e foram trazidas na condição de escravos para as Américas. A escravidão e o tráfico africano representaram novas e lucrativas relações econômicas. Mas como se tratava do comércio de pessoas, a dimensão econômica teve que dividir espaço com as transformações culturais e os conflitos políticos que desenrolavam por conta desse processo. A província do Maranhão, assim como qualquer outro lugar do Brasil, sofreu fortes influências culturais africanas na sua formação social. Entretanto, é possível constatar certa invisibilidade desse processo. Aos historiadores, sobra a tarefa de investigar as reais dimensões dos impactos africanos na sociedade escravista do Maranhão oitocentista.

A VINGANÇA DOS MANDINGAS: AFRICANOS REBELDES NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Nielson Rosa Bezerra

O presente trabalho problematiza sobre as identidades africanas que foram reelaboradas pelo tráfico atlântico de escravos. Durante a primeira metade do século XIX, uma quantidade de escravos identificados como “mandingas” foram introduzidos no Maranhão em função de uma preferência por escravos boçais em detrimento de escravos ladinos. As justificativas encontradas na documentação analisada caracterizam-se por uma rejeição dos escravos já ladinizados em função de uma recorrente rebeldia que esses promoviam no Maranhão. Nessa lógica, os africanos boçais eram menos rebeldes e mais facilmente controláveis. Entretanto, nesse mesmo período é possível encontrar diversos registros policiais sobre os envolvimento dos escravos mandingas em situações de rebeldia. Assim as justificativas das autoridades maranhenses precisam ser mais bem problematizadas, uma vez que os escravos classificados como boçais também protagonizavam a rebeldia cotidiana da escravidão no Maranhão Oitocentista.

COMÉRCIO E PROPRIEDADE ESCRAVA, NA FREGUEZIA DE SANTA RITA (1868-1888): UM OLHAR SOBRE OS LIVROS DE NOTAS DO CARTÓRIO DOURADO DE AZEVEDO

Sirleide Dantas Lopes

Este estudo pretende evidenciar as características da população escrava, negociada na Freguezia de Santa Rita, situada na província da Parahyba, com recorte que vai de 1868 a 1888. Neste sentido, propõe-se a investigação de três livros de notas, disponíveis no cartório Dourado de Azevedo, buscando atentar para os seguintes critérios: cor, idade, sexo, vendedores e os possíveis compradores. Desvelando assim, fragmentos da vida desses escravizados, e, apontar algumas experiências no cativeiro que passava pelo registro cartorial e pelo mercado oficial de escravos. Portanto, objetiva-se levantar dados sobre a presença escrava na Santa Rita oitocentista, tendo em vista, que foi um período marcado pela exploração e dominação, validados pelo título de propriedade, que por sua vez passava pelo cartório no intuito de ser legitimado, após os tramites legais de negociação.

LINGUAGEM DE FOTOGRAFIA DE GABINETE POLICIAL: O PERFIL DOS ESCRAVOS NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS NA PARAÍBA (1850-1888)

Elainne Cristina Jorge Dias

A presente comunicação tem por objetivo informar sobre a pesquisa, em fase inicial, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A mesma se ocupa em analisar os anúncios de escravos publicados nos jornais paraibanos entre 1850-1888, aos quais se colocam desde anúncios de fuga, compra, venda, leilão, aluguel e até mesmo de aviso, buscando com isto identificar o perfil dos cativos anunciados, as características dos anúncios e ainda indícios que revelem como era a vida dos escravizados, enquanto sujeitos de sua própria história, dentro e fora do cativeiro.

DIA: 09/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 1.

TEMA: Escravidão, Cotidiano e Sociabilidade no Brasil Oitocentista – Século XIX

VIVÊNCIAS COTIDIANAS DE SUJEITOS ESCRAVIZADOS EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO NO PERÍODO DE 1830 A 1839

Adriana Monteiro Santos

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa sobre o cotidiano de escravos urbanos na capital da província do Maranhão no período de 1830 a 1839. As principais fontes documentais são os registros policiais, as chamadas “partes do dia” das Guardas Municipais Permanentes, uma das instituições encarregadas do controle da população pobre da cidade de São Luís. Esses documentos contêm registros de ocorrências que eram consideradas perturbadoras da ordem social. À época, a cidade vivia os efeitos da oscilação do cultivo e da comercialização do algodão na província. Os registros proporcionam desvelar múltiplos aspectos da escravidão urbana, com escravos de aluguel e de ganho transitando pelas ruas, ampliando suas relações com outros grupos da sociedade, realizando festas e outros tipos de reuniões, manifestando assim sua subjetividade nas entrelinhas do sistema escravocrata. O objetivo desta comunicação é, portanto, apresentar os espaços de sociabilidade dos sujeitos escravizados, suas táticas e estratégias de sobrevivências e os meios utilizados para driblar a fiscalização dos seus senhores e dos aparelhos repressivos do Estado, mostrando-os, assim, como sujeitos histórico-ativos na São Luís oitocentista. Procuramos trabalhar as informações contidas nos documentos produzidos pelos poderes públicos, buscando entender as formas e maneiras como os sujeitos escravizados manifestavam sua subjetividade nas festas, “festins”, “ajuntamentos” e “golpes”, negando o sistema em que estavam inseridos não somente pelo viés da violência, mas agindo nas fímbrias, lançando mão de táticas, de barganhas e ampliando suas redes sociais.

DIREITO E ESCRAVIDÃO: OS EMBATES ACERCA DA LIBERDADE JURÍDICA DE ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO (1850-1888)

Daylana Cristina da Silva Lopes

No que se refere à historiografia da escravidão no Brasil, a década de 1980 constitui-se um divisor de águas, uma vez que no campo da História Social, este tema passou a ser tratado a partir de proposições teóricas e metodológicas de um marxismo renovado expresso nos trabalhos do historiador inglês E. P. Thompson. Com o conceito – “Experiência” este historiador articula a análise da vida social enquanto um fazer-se. Com abordagens, problemáticas, um novo e diversificado aporte documental a historiografia da escravidão tem sido enriquecida por trabalhos de historiadores como Wissenbach (1998), Reis e Silva (1989), Karash (2000), Maria Odila (2000), Chalhoub (2001), Fausto (2001), Pereira (2001), Matoso (2003), Azevedo (2004), Lara (1988, 2006), Grimberg (1998; 2001; 2006) entre outros. Nesse contexto, o lugar do Direito enquanto um campo envolvido pela relação entre justiça e escravidão adquire uma centralidade para a análise de nuances que perpassavam as relações entre os escravos e os proprietários destes. Destarte, este estudo é uma tentativa de reconstituir as experiências vividas por homens e mulheres escravizadas na busca por sua liberdade jurídica. Para tanto se tem como aporte documental cartas de alforria, ações de liberdade e ações de nulidade, e como aporte teórico as formulações de E. P. Thompson a partir do conceito – “Experiência”.

NEGROS NO SERTÃO DO ARACAJÚ - CE (SÉCULOS XVIII-XIX)

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

A presente comunicação analisará a trajetórias de negros livres, escravos e libertos no sertão do Acaraú, como uma espécie de filtro em que permite penetrar uma configuração social para compor um conjunto de ações desses sujeitos e assim ampliar o olhar para a temática, problematizando as temporalidades e espacialidades que se engendraram no cotidiano como estratégias de sobrevivências. Na trajetória da pesquisa eles ganham visibilidade nas documentações produzidas pela Igreja, Justiça, Câmara e Cartórios. Todos estes negros teceram,

durante suas vidas, estratégias de sobrevivências e criaram redes de solidariedade, sociabilidade e novas identidades. Neste sentido, os exemplos das trajetórias de vidas, são significativos para compreender as diversas estratégias de lutas e experiências dos negros do Sertão do Acaraú.

BATISMO DE CRIANÇAS ESCRAVAS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES, 1833-1854

Solange Mouzinho Alves

A partir da década de 1980 os estudos que envolviam a temática da escravidão passaram a identificar o/a escravo/a como sujeitos históricos. Um dos livros pioneiros neste sentido foi *Ser escravo no Brasil* da autora Kátia Mattoso. Esta destacou a importância de se buscar identificar a percepção do/a escravo/a do mundo em que viviam. Para isso, era necessário analisar com cuidado a documentação e novas fontes de pesquisas foram incluídas como, por exemplo, os testamentos e as fontes eclesiásticas. Com esta última fonte, especialmente os registros de batismos, desenvolvemos o projeto de pesquisa *Gente negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares*, também vinculado ao Grupo de Pesquisa *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista*. Ao consultarmos os livros de batismos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves (localizada na capital da Paraíba), entre os anos de 1833-1854, objetivamos examinar as relações sociais a partir das escolhas dos padrinhos e das madrinhas empreendidas entre as pessoas livres, libertas e escravas, sobretudo, entre as de condição cativa. Entre as várias questões investigadas destacamos: quem os/as escravos/as escolhiam para apadrinharem seus filhos e filhas? Eram pessoas livres, libertas ou de sua mesma condição? O que significavam essas escolhas? Eram aleatórias ou estratégias para melhor sobreviver no interior do sistema escravista? Ou era um caminho para a obtenção da liberdade? A historiografia tem demonstrado que o padrinho, principalmente o de condição livre, foi uma figura importante para o/a escravo/a. Assim, buscamos entender qual o papel do padrinho e da madrinha para o indivíduo de condição escrava tendo como recorte espacial a citada Freguesia de Nossa Senhora das Neves na primeira metade do século XIX.

FAMÍLIAS NEGRAS NA PARAHYBA DO SÉCULO XIX: BATISMO E COMPADRIO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES (1855-1857)

Matheus Silveira Guimarães

Nas últimas décadas, os estudos sobre família têm aumentado no Brasil. Nesse sentido, são adotadas novas formas de conceber a família negra, que nos permite ter mais conhecimentos sobre esse grupo social, formado por pessoas escravas, forras e livres, sendo que com tais experiências familiares os(as) negros(as) conseguiam estabelecer vínculos sociais que permitiam criar estratégias de sobrevivência na sociedade escravista. Estas questões são investigadas na cidade da Parahyba oitocentista. Para tanto, apresentamos resultados parciais de pesquisa vinculada ao projeto “Gente negra na Paraíba oitocentista: redes sociais e arranjos familiares” e pretende mostrar as formações familiares, consangüíneas e espirituais, estabelecidas pela população negra entre os anos de 1855 e 1857, na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, província da Parahyba. Para isso, apresentaremos os vários arranjos familiares evidenciados pela historiografia mais recente sobre esta temática e como as relações de apadrinhamento surgem como possibilidades de formação de redes sociais. Em seguida, descreveremos o contexto da cidade da Parahyba na segunda metade do século XIX, na qual estava inserida a população pesquisada. Por fim, tendo como fontes os registros de batismos e utilização do método da demografia histórica, mostraremos alguns dos arranjos familiares de negros na Parahyba oitocentista.

IMPÉRIO EM FESTA: O SIMBOLISMO IMPERIAL PORTUGUÊS, O RITMO AFRICANO E OS RITUAIS BRASILEIROS

Laiana Lindozo Barros Cutrim

A manifestação festiva para o Divino Espírito Santo – tradicionalmente de origem portuguesa – como a maioria dos rituais ligados ao Catolicismo, possui características variadas de acordo com sua localidade de execução. O Maranhão tem dois dos traços mais diferenciados dessa grande festa religiosa brasileira: a primeira é a presença das caixeiros do divino e a segunda é a inclusão dessa festa nos terreiros de tambor de mina (especificamente na capital do Estado, São Luís). Por meio dessas peculiaridades, esse ritual cheio de simbolismo agrega em sua essência regional a tão miscigenada cultura brasileira. Desde as “civilizadas” insígnias portuguesas até as ritmadas batidas africanas, a Festa do Divino Espírito Santo sistematiza em sua conjuntura uma renovação de rituais que se tornaram, e se tornam, cada vez mais singulares e definitivamente mais brasileiras. Ainda no século XIX as festas realizadas em terreiros na cidade de São Luís, fazem do Divino um símbolo brasileiro e definitivamente maranhense.

ENTRE MIGRANTES E FUJÕES: EXPERIÊNCIAS E ROTAS DE RETIRANTES CEARENSES NO MARANHÃO DURANTE A SECA DE 1877-1880

Edson Holanda Lima Barboza

No presente buscamos atribuir visibilidade às experiências de migrantes pobres que durante a seca de 1877/1880 partiram do Ceará em direção às províncias do norte para escapar da calamidade e do controle social em sua terra natal. O Maranhão foi rota importante de passagem e desembarques nos deslocamentos, naquele momento elites locais procuravam soluções para a necessidade de braços visando revitalizar a economia afetada pela crise da produção algodoeira e de alimentos de subsistência. O tráfico interprovincial, as fugas para os mocambos na região do Turiaçu e em direção ao Pará, e a insubordinação de escravos demonstravam os limites que sustentavam o escravismo no Maranhão. Foi neste contexto que os migrantes cearenses foram encarados como aqueles que poderiam ocupar postos na lavoura e em cenários urbanos e ainda serviriam como modelo para o processo de disciplinamento do trabalho. Foram criadas comissões de socorros públicos em diversas cidades com o objetivo de receber os migrantes e encaminhá-los para o trabalho em fazendas, outra iniciativa foi a fundação de colônias agrícolas, com destaque para a *Prado* e *Amélia* que ocupavam terras de antigos quilombos. Percebemos que os retirantes cearenses não tomaram uma postura passiva em relação aos projetos provinciais, envolveram-se em reivindicações, conflitos com agentes públicos e criaram laços de solidariedade com setores marginalizados da sociedade, inclusive com negros fujões misturados entre as multidões de migrantes.

DIA: 10/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 1.

TEMA: Família Escrava e Gênero: a sociedade oitocentista em perspectiva

FAMÍLIA ESCRAVA NO MARANHÃO, SÉCULO XIX

Tatiana Raquel Reis

Questões de gênero, laços familiares e mobilidade social se apresentam em meio às dinâmicas da sociedade maranhense do século XIX. Especialmente, no que se refere ao estudo das famílias escravas no contexto ludovicense. Os recentes trabalhos, ligados a essa temática, têm possibilitado o entendimento de vários aspectos da vida cotidiana de senhores e escravos. Num sistema de constantes renegociações, esses sujeitos buscavam formas outras de convívio e de reconstituição do espaço familiar, nem sempre de acordo com os padrões e normas vigentes. Neste sentido, busca-se perceber algumas das problemáticas que permearam a vivência conjugal de escravos e libertos no Maranhão do século XIX.

FAMÍLIAS ESCRAVAS MOLDADAS PELO TRÁFICO ATLÂNTICO (1800/1820)

Antonia da Silva Mota

A presente comunicação focaliza as famílias escravas nas plantations da Ribeira do Itapecuru - MA, a partir dos dados constantes dos inventários post mortem de seus moradores. A construção das séries demográficas evidencia a importância do tráfico Atlântico na formação dos vínculos conjugais, uma vez que no início dos oitocentos os casais preferencialmente se formavam por indivíduos da mesma etnia de origem africana - angola se casava com angola, mandinga com mandinga etc. Avançando o século, as vicissitudes do tráfico Atlântico levaram à uniões inter-étnicas, mostrando as adaptações por que passaram a organização destes núcleos familiares em seu processo de constituição. Além da origem étnica dos cônjuges, serão apresentados dados sobre a composição destes grupos, natalidade, etc, objetivando dar visibilidade a agrupamentos muito pouco estudados e de grande importância para a história da família maranhense.

A CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS ESCRAVAS NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Izrael Souza da Costa

O presente trabalho propõe-se a fazer uma análise acerca das interações sociais que representam o modo de vida das famílias escravas na sociedade maranhense abordando aspectos importantes da sua vivência, ou seja, o cotidiano, a linguagem, a sexualidade e a formação das famílias dos escravos urbanos e rurais, particularmente do escravo africano. A pesquisa está paramentada no âmbito da história social e tem como foco o Maranhão oitocentista, para tanto utilizou-se de fontes extraídas do Arquivo Público do estado do Maranhão, além de consultas a obras de autores como Cristiane Pinheiro dos Santos Jacinto (Laços & Enlaces) Antonia da Silva Mota (Famílias escravas no maranhão: um estudo demográfico) e o acervo da biblioteca do CCN-Centro de cultura negra do Maranhão. O trabalho nos dá uma visão clara do modo de vida e do processo histórico que envolve os sujeitos escravizados, o motivo da escolha do tema se deve ao fato de ser um assunto de grande importância dentro da historiografia maranhense e merece uma maior abordagem para que possamos compreender melhor o processo de formação e atuação das famílias escravas, um campo de investigação ainda muito carente de pesquisadores.

HEROICIZAÇÃO E MASCULINIDADES NO ROMANCE A ESCRAVA ROMANA DE BENÉVOLO NOGUEIRA NO CONTEXTO DA BALAIADA

Jakson dos Santos Ribeiro

O presente trabalho analisa as representações acerca da masculinidade na obra de Hélio Benévolo Nogueira, *A escrava Romana*, que é ambientada no contexto da Revolta da Balaiada. Diante desta proposta nos enveredamos nossa análise pela relação da História e Literatura para captar através do campo literário as percepções acerca da ideia do que é ser homem, no contexto proposto para o estudo. Nessa perspectiva, nos debruçamos sobre as personagens, que trazem à tona, características que ressaltam os adjetivos qualificadores do que é ser homem, no contexto do século XIX. O autor nesse sentido traça os perfis de homens, e as qualidades viris cultuados no contexto em acontece a revolta dos balaios, apresentando personagens como Cesário, Raimundo Gomes, que são potencializados em uma via de heroicização no domínio da revolta dos balaios, como forma de ratificar a ideia de masculinidade pertencente ao contexto da revolta. Assim as qualidades configuradas nas personagens masculinas, que apesar de ocuparem ambientes diferentes, são qualificadas com a força, a racionalidade, como forma de formatar representações de homens duros, viris, corajosos, lutadores e infensos ao medo. Para realização do estudo nos debruçamos sobre as considerações de Queiroz (1998); Castelo Branco (2008) que trabalham a relação entre história e literatura, e mais especificamente a temática gênero.

O DOTE NA SOCIEDADE MARANHENSE: USOS, SIGNIFICADOS E DECLÍNIO

Yanna Arrais Albuquerque

Neste trabalho pretende – se dar ênfase ao conceito do que seria dote e em seguida destacar as possíveis configurações que ele assumiu na passagem de século XVIII para o século XIX. Por meio das análises das formas dotais destacaremos o papel da mulher no recebimento do dote e os diferentes tipos de dotes doados pelos familiares da noiva, dando ênfase a um dos principais bens recebidos como dotes, que eram os escravos e os demais bens de produção. Seguindo as análises explicar o desuso da prática do dote desde o século XIX e os novos arranjos dotais que incluíam principalmente a doação por parte dos noivos. Relacionar o dote a uma forma de “proteção” próxima (familiar) para as mulheres, em contextos marcados pela falta de políticas sociais de proteção secundária e seus desdobramentos para as assimetrias de gênero.

DOTES ESTÉTICOS: COMPORTAMENTOS FEMININOS E NOVOS SIMBOLISMOS DO DOTE NA SOCIEDADE MARANHENSE (1860 A 1895)

Paulo Roberto Mattos

A presente pesquisa trata do estudo dos valores e práticas em voga, do Dote Estético, possibilitando apreender aspectos do imaginário desse período sobre os papéis masculinos e femininos, comportamentos das mulheres ligados às novas prendas sociais, com destaque para *a etiqueta e moda*. Novos comportamentos eram mais visíveis na fisionomia e vestimentas femininas. Era para as mulheres de elite que se voltavam os discursos sobre os dotes modernos, que realçavam o conhecimento (dote espiritual), o casamento por amor (dotes do coração), a beleza (dotes físicos ou naturais) e a etiqueta e moda (dotes da elegância). Para tanto pretendo apresentar os discursos moralistas em relação ao comportamento feminino, os sentidos contidos nas novas representações simbólicas do dote e como se relacionam com questões de gênero.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 2 – UMA PERSPECTIVA FORA DO EIXO: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL
BRASILEIRO A PARTIR DAS PROVÍNCIAS DO NORTE**

Coordenação: Dr. André Roberto de Arruda Machado (UNIFESP)
Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA)

DIA: 08/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 2.

**“AS CORTES GERAIS E EXTRAORDINÁRIAS DA NAÇÃO PORTUGUESA”: ESPAÇO DO CIDADÃO MARANHENSE NA
RESOLUÇÃO DE SUAS QUERELAS**

Ana Livia Aguiar de Sena

“As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa” foram convocadas em 1820, como consequência do movimento conhecido como Revolução Liberal do Porto. Composta por “portugueses de ambos os hemisférios”, inspirou-se na Constituição de Cádiz, adaptada aos interesses do reino português, e teve como premissa a transferência da representatividade política para o coletivo da “nação”, imagem simbolizada pela ideia de um pacto constitucional entre os “representantes da nação” e o monarca português. Também chamado de Soberano Congresso, as Cortes abrigaram intenso debate político sobre os rumos da nação; noutra frente, serviram como instância reguladora da vida nas províncias, espaço para queixas que expressavam as querelas do cotidiano. No Maranhão, a análise de algumas representações encaminhadas às Cortes evidencia, por exemplo, as insatisfações em relação aos impostos cobrados e, em particular, à Siza, que incidia sobre os bens de raiz, como escravos e prédios, além de testamentos, objeto principal deste trabalho.

**JOÃO RODRIGUES DE MIRANDA: RELAÇÕES COM AS CORTES PORTUGUESAS E DISPUTAS POLÍTICAS NA
PROVÍNCIA DO MARANHÃO (1821-1822)**

Luisa Moraes Silva Cutrim

Ao se analisar a Assembleia Nacional Constituinte (1821-1822), também conhecida como Cortes Portuguesas, nota-se que o que caracteriza a historiografia a respeito é a centralidade de sua relação com a Independência do Brasil. No entanto, as Cortes possuem diversos aspectos ainda não explorados, sem qualquer relação com a ideia de “causa da Independência”. Cidadãos encaminharam petições às Cortes pelas mais diversas razões, como exemplo dessa diversidade, este trabalho terá como fio condutor dois documentos encaminhados pelo negociante João Rodrigues de Miranda, figura de proa na dinâmica política provincial cujo envolvimento no arrendamento de três contratos régios esteve no cerne das disputas entre os grupos políticos compostos após a “adesão” do Maranhão a Revolução do Porto.

**AMAZÔNIA E SUAS INDEPENDÊNCIAS: AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
NO PARÁ, A PARTIR DO JORNAL *FOLHA DO NORTE* – 1922-1932**

Marilene Andreza Guerreiro de Souza

A partir de uma pesquisa pontual no jornal *Folha do Norte* dos anos de 1920, esta pesquisa inicial objetiva reunir informações de autores e obras sobre a independência no Pará, em 1822 e a Adesão do Pará ao Brasil em 1823. Mais especificamente pretende-se reunir informações acerca das comemorações do centenário da Independência do Brasil e da Adesão do Pará, publicado no jornal que circulou no Estado do Pará no período de 1896 a 1974, chamado *Folha do Norte* (1922-1923). Com esta pesquisa pretende-se contribuir para ampliar e atualizar o debate historiográfico sobre a independência no Pará e suas conexões com o contexto nacional.

O MARANHÃO NAS CORTES CONSTITUCIONAIS PORTUGUESAS (1821-1822)

Marcelo Cheche Galves

A instauração de uma Assembleia Constituinte em Portugal no ano de 1821, decorrência do movimento político conhecido como Revolução do Porto, deflagrado em agosto de 1820, ocupou um lugar de destaque na historiografia brasileira sobre a Independência, desde os primeiros anos do Império.

Dos escritos do inglês John Armitage (1836), passando por clássicos como Varnhagen (1854-1857) e Oliveira Lima (1921), a “política opressora” da Constituinte portuguesa - mais conhecida pela expressão “Cortes portuguesas” – constituiu-se como espécie de explicação majoritária para a emancipação política do Brasil, tomada, por interpretações distintas, como resultado de uma “reação” às Cortes.

Tal perspectiva, de alguma forma ainda presente em nossa historiografia, de procurar nas “medidas recolonizadoras” das Cortes as razões para a Independência, secundarizou a perspectiva de compreendê-las como instância decisória das demandas provinciais, corporificadas, por exemplo, em uma série de representações de cidadãos que se dirigiram às Cortes no intuito de resolverem problemas relacionados especialmente à economia e à política de suas províncias, sem qualquer articulação com debates sobre recolonização ou Independência.

DIA: 09/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 2.

O CONSELHO PRESIDIAL E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM

Raissa Gabrielle Vieira Cirino

Após a movimentação da Independência e as lutas para manter o território unificado, os representantes políticos tiveram de articular as bases para o novo estado de acordo com o novo sistema, a monarquia constitucional, mas que também atendessem às necessidades de cada região. A Carta Constitucional de 1823 apontou o caminho para o início do processo, tendo como algumas medidas a dissolução das Juntas Provisórias, substituídas pelos Presidentes de Província e pelo Conselho Presidencial. Este era composto por seis conselheiros que deveriam auxiliar o Presidente em suas decisões a respeito da Província, tais como agricultura, comércio, salubridade, educação, criar Câmaras e supervisionar seus atos, catequização de indígenas, exame de contas dos órgãos provinciais e resolver conflitos de jurisdição entre as autoridades, tendo o poder de suspender magistrados e até o Comandante Militar, se este agisse contra a causa pública. Apesar de seu caráter consultivo, o Conselho começou a ter sua atuação reconhecida pelas autoridades, civis e órgãos de localidades do interior provincial, que recorriam a suas medidas para resolução de problemas, especialmente quando autoridades de diferentes âmbitos políticos iniciavam atritos. O estudo de alguns desses casos, bem registrados nas Atas do Conselho, nos dá uma idéia de como o Conselho foi um órgão projetado pelos deputados da Assembléia Constituinte de 1823 para regular as tensões existentes nas localidades, impondo a ordem que os grupos dominantes das províncias tanto ansiavam.

PROMOTORES DA JUSTIÇA NOS TEMPOS DO IMPERADOR MENINO – A INSTITUIÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA NO MARANHÃO (1831-1841)

Hegle Pinheiro

O trabalho se propõe a estudar a instituição dos Promotores de Justiça no Maranhão, entre os anos de 1831 a 1841, período da Regência e que também serve de ponto de viragem nos rumos da construção do Estado Nacional do Brasil. Com o advento da chamada “legislação liberal”, foram implantadas novas instituições no Estado brasileiro que, voltadas a promover a expansão da burocracia, permitiriam tanto a incorporação da sociedade que então se complexava, quanto o maior controle sobre o território nacional por parte do poder central, com vistas à reflexão na dualidade poder central e poder local. É neste íterim que se deu a implantação da instituição dos Promotores de Justiça, que, antes de ser alocado em um único corpo oficial denominado Ministério Público (invenção de tempos posteriores), serviram na composição da atuação da Justiça nos níveis locais, subentendidas as Comarcas, que funcionavam como as menores esferas de atuação do corpo de Justiça. Este trabalho se lança à investigação da forma como se dera a implantação desta instituição no cenário do Maranhão, observando tanto a sua disposição oficial (lei), como seus personagens (os homens que dela fizeram parte) e sobre o que atuavam (as temáticas sobre as quais se detiveram). No pano de fundo de nossa pesquisa esta relativização do próprio conceito de justiça enquanto substantivo universal e questiona-se: a que justiça se buscava promover?

GUARDA NACIONAL NA PARAÍBA: VIGIANDO E PUNINDO EM NOME DA ORDEM (1831-1850)

Lidiana Justo da Costa

Neste estudo pretende-se compreender a importância da Guarda Nacional na província da Paraíba. Criada pela Regência em 18 de agosto de 1831, em um momento marcado por revoltas provinciais, que ameaçavam a construção do estado nacional. Portanto, pretende-se perceber como esta milícia serviu aos interesses do governo central e das elites regionais no sentido de manutenção da “ordem”. Buscando atentar para os mecanismos de alistamentos, as condições para a formação da Guarda e entender, através dos relatórios dos

presidentes de província, a importância de sua atuação no processo de vigiar e punir em nome da ordem. A província da Parahyba, neste sentido, é tomada como cenário de atuação da Guarda, ou seja, trataremos de investigar os meios e os processos de formação da milícia nesta localidade, tentando perceber o que está acontecendo no âmbito nacional e a tentativa de forjar uma unidade nacional.

UM OLHAR SOBRE A FRONTEIRA: REFLEXÕES SOBRE POSSIBILIDADES DE ANÁLISES INTEGRADAS DE PROCESSOS HISTÓRICOS NO MARANHÃO E GRÃO PARÁ NA DÉCADA DE 1820.

André Roberto de Arruda Machado

Nos últimos anos houve avanços na reflexão sobre a história e o espaço, especialmente no que tange ao território nacional. Nesse sentido, os historiadores têm em mente a necessidade de não prender suas análises nas fronteiras nacionais em processos que não guardam essa lógica. Da mesma forma, muito se debateu sobre o anacronismo de explicações históricas que buscam enxergar o Brasil na colonização portuguesa pela coincidência de alguns desses territórios. No entanto, de modo geral, essas reflexões têm sido pouco debatidas no que chamamos de “história regional”. A partir de pesquisas já realizadas, essa comunicação pretende fazer algumas reflexões sobre essa temática, dando especial destaque ao potencial de análises integradas dos processos históricos no Maranhão e Grão-Pará na década de 1820.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3 - O ESPAÇO DA POLÍTICA NOS ESTUDOS SOBRE O OITOCENTOS

Coordenação: Dra. Regina Helena Martins de Faria (UFMA)

DIA: 08/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 3.

HISTORIOGRAFIA E POLÍTICA: ANÁLISES DE TEXTOS HISTÓRICOS DO SÉCULO XX SOBRE A POLÍTICA NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Fernanda Cristina Vale

A historiografia maranhense oferece inúmeras perspectivas de pesquisa e análise, bem como a política e o modo como o poder foi constituído e exercido em nosso Estado. Tema recorrente entre os autores que trabalharam e trabalham a História do Maranhão, a política e os usos do poder durante o século XIX estão presentes em várias obras da nossa historiografia, desde trabalhos clássicos como os de Mário Meirelles até escritos mais recentes e que vêm nossa formação política sob novas perspectivas. Desse modo, o presente trabalho pretende analisar a produção historiográfica maranhense durante o século XX sobre a política e o poder no Maranhão oitocentista, a fim de pensar tais obras, comparando e discutindo suas posições acerca dos usos de poder no Estado.

O ESPAÇO DA POLÍTICA OITOCENTISTA NA HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XX NO MARANHÃO

João Batista Bitencourt

O político já foi o campo por excelência da história, não apenas como temática privilegiada – quase única ou no mínimo de maior *status* – mas, igualmente, como princípio explicativo das sociedades no tempo. Esta comunicação, que é um desdobramento de uma pesquisa mais abrangente sobre a produção historiográfica maranhense no século XX, pretende refletir sobre a política do Oitocentos na província do Maranhão como objeto de investigação histórica do século seguinte. Isto é, busca-se lançar um olhar historiográfico sobre obras produzidas no século XX, que abordam a política do Oitocentos, na perspectiva de perceber como a temática se inscreve no âmbito geral da história da história do Maranhão do século passado e quais princípios teórico-metodológicos regeram as análises.

HISTÓRIA E CULTURA POLÍTICA NO OITOCENTOS: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA IDÉIA DE NAÇÃO NA OBRA HISTÓRIA GERAL DO BRAZIL DE FRANCISCO ADOLPHO DE VARNHAGEN

Júlio César Alves da Silva

Esse trabalho tem como objetivo analisar a obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolpho de Varnhagen, considerada por muitos estudiosos um clássico da historiografia brasileira do século XIX, cujo primeiro volume data de 1854. Propõe-se discutir a cultura política de época, centrada na ideia de construção histórica da Nação, presente nos discursos do autor. Procuraremos ainda discutir aspectos relacionados à participação ou não, no projeto de construção historiográfica da nação brasileira proposto pelo autor, de sujeitos históricos até então não inseridos ou pouco comentados na historiografia dita tradicional, como o indígena e o negro.

IMPrensa E POLÍTICA: JORNAIS COMO FONTES E OBJETOS DE PESQUISA PARA ESTUDOS SOBRE A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Simone da Silva Bezerril

Mediante ao alargamento do universo de fontes que se evidenciou com o surgimento da Escola dos Annales, a partir do início do século XX, propõe-se apresentar uma abordagem sobre a relevância que têm os periódicos para a historiografia, ao serem vislumbrados como fontes e, principalmente, como objetos de estudo para a pesquisa histórica. Portanto, este artigo visa examinar as relações entre imprensa, política e escravidão, através da análise de impressos que circularam na Paraíba nos últimos anos que antecederam a abolição dos escravos, investigando como esses jornais se posicionaram politicamente e de que forma teriam contribuído para o fim do sistema escravista. Desse modo, este trabalho tem como foco analisar a importância dos jornais e da atividade jornalística para a ampliação das abordagens sobre a história política, devido serem os impressos setores que registram e interpretam os acontecimentos do cotidiano.

A ÓTICA DA RAZÃO NO TABULEIRO POLÍTICO: UMA ANÁLISE SOBRE OS DISCURSOS DE JOAQUIM GOMES DE SOUZA NO PARLAMENTO BRASILEIRO (1857–1864)

Rômulo de Jesus Farias Brito

Neste trabalho, traça-se uma análise dos discursos políticos de Joaquim Gomes de Souza (1829-1864) a fim de identificar possíveis traços do ideário racionalista moderno. O matemático maranhense foi professor da Escola Central no Rio de Janeiro e elegeu-se deputado geral pela província do Maranhão por três legislaturas entre 1857 e 1864, falecendo no início de seu terceiro mandato. Enaltecido por sua atuação científica e política, construiu-se em torno de sua imagem uma série de “mitos” que o integraram à ideologia da “Athenas brasileira”. No entanto, chegando-se ao sujeito histórico, encontra-se um intelectual que circulou em instituições científicas do Brasil e Europa e estava em contato com o movimento de ideias que atravessou as mais diversas esferas do conhecimento durante o séc. XIX. Em seus discursos proferidos na Câmara Geral, pretende-se detectar o trânsito deste ideário científico e compreender como Gomes de Souza o ressignificou à realidade brasileira. Para tanto, utiliza-se como referencial as análises de John Pocock, Michel Foucault e Franklin Baumer sobre os discursos, o ideário político e o racionalismo moderno.

SOMOS TODOS PORTUGUESES: O GOVERNO SAMPAIO E A CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIOTISMO IMPERIAL NO CEARÁ (1812 – 1820)

João Paulo Peixoto Costa

Incumbido da responsabilidade de governar uma das capitanias mais periféricas do império português, o militar Manuel Ignácio de Sampaio chega ao Ceará em 1812 com a missão de desenvolvê-lo em diversos setores, e assim, aproximá-lo do mundo civilizado ocidental. Atuando em variadas áreas, o seu governo teve como características o grande incentivo ao crescimento econômico, o aprimoramento nas políticas de controle populacional e a execução de obras de engenharia importantes. Além disso, a análise documental nos chamou atenção para certas peculiaridades em sua prática discursiva, que agia insistentemente no incentivo ao patriotismo, ao sentimento de pertencimento à nação lusa e à fidelidade ao rei. Essas situações foram localizadas especialmente em eventos, nos quais a população, de modo geral, juntamente com as autoridades locais, era mobilizada para a execução de alguma obra de relevo, como a instalação do Banco do Brasil, do Correio do Norte do Brasil e as reformas da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Mas o seu ápice nesse sentido se deu durante os conflitos ocorridos por ocasião da Revolução Pernambucana de 1817, quando o então governador procurava com afinco estimular a população para a guerra, reafirmando seu patriotismo e consolidando a união de toda a “família portuguesa”, na Europa e na América. Nosso objetivo nesse trabalho é analisar a prática discursiva deste governador como uma política estatal e civilizatória de constituição de um patriotismo imperial português.

ENTRE A ORDEM E DESORDEM: O PROCESSO CIVILIZADOR NA PARAÍBA OITOCENTISTA (1831-1840)

Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos

O presente trabalho surgiu a partir das discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”, vinculado ao CNPq/UFPB. Cientes de que nas últimas décadas a história política passou a analisar outras fontes, e a buscar novos objetos, este trabalho tem por objetivo analisar, a partir da discussão do conceito de Culturas Políticas, as contínuas interações entre as redes familiares, no cenário político, administrativo e “civilizador” da Cidade da Paraíba do Norte durante o período Regencial (1831-1840), pois entendemos que tais redes sociais fazem parte de um conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa de uma determinada sociedade.

ORDENAMENTO SOCIAL NO PIAUÍ E O IMPÉRIO DO BRASIL

Ozael de Moura Costa

A proclamação da independência do Brasil não representou avanço significativo no contexto social da época. A estrutura da sociedade ficou quase que inalterada, vigorando ainda o regime escravista como balizador das interações entre os segmentos sociais e como forma de trabalho compulsório. No entanto, no plano político, o esforço da elite para constituir uma nação civilizada fez com que os governantes manifestassem um discurso de ordenamento social com base nos direitos individuais dos (restritos) cidadãos brasileiros, garantidos pela carta constitucional outorgada por Dom Pedro I em 1824. Essa tentativa de controle social era meta do Estado para garantir a segurança individual e a desejada tranquilidade pública. No Piauí, Manuel de Souza Martins (Barão da Parnaíba), que governou a província por quase vinte anos, contribuiu significativamente para que os “homens bons” do império mantivessem o controle da sociedade, reprimindo cruelmente os movimentos sociais que surgiram (a exemplo da Balaiada) como forma de reivindicação da sonhada cidadania da qual a maior parte da sociedade se encontrava desprovida. O objetivo deste artigo é compreender a preocupação do nascente Estado Brasileiro com a administração da justiça e com o ordenamento social, por meio dos relatórios dos Ministros da Justiça e do Império, relacionando-a com a política de controle social empregada por Manuel de Souza Martins durante seu governo no Piauí (1823 – 1843).

O ESTADO SANITÁRIO NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO (1850/1860)

Conceição de Maria Ribeiro Pacheco
Jossilene Louzeiro Alves

Análise do estado sanitário da província do Maranhão no decênio de 1850 a 1860. Discorre-se acerca da saúde pública em várias partes do mundo, dando ênfase ao Brasil na década referida. Apresentam-se aspectos da realidade maranhense no início da segunda metade do século XIX. Analisa-se o estado sanitário dessa província em face de graves epidemias que assolaram a região entre 1850 a 1860, especificamente a cidade de São Luís. Foram consultadas fontes primárias como: almanaques, coleção das leis, decretos e resoluções da província do Maranhão entre os anos de 1850 a 1860, correspondência dos presidentes da província, jornais “O Progresso” e o “Publicador” (1850-60), livros e registros da Câmara Municipal, ofícios da Câmara de Higiene Pública (1852), além de uma bibliografia geral e específica em que foram trabalhados vários autores na área da economia, política e saúde. O resultado deste trabalho permite uma reflexão sobre a forma de como o poder político tratava a questão da saúde, diante do flagelo que dizimou parte da população da província do Maranhão.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4 – HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação: Dr. Alcebiades da Costa Filho (UESPI/UEMA)
Dr^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Programa de Pós-Graduação em História (UFPI)

DIA: 08/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 4.

O MARANHÃO OITOCENTISTA NAS PÁGINAS DA REVISTA DO IHGM

Rafael Aguiar dos Santos

O presente trabalho tem como objetivo analisar as re-presentações sobre o Maranhão Oitocentista, construídas pelos intelectuais do IHGM (Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão), nos artigos das seis primeiras revistas publicadas pelo mesmo, entre Agosto de 1926 e dezembro de 1956. Tendo como metodologia teórica os conceitos de análise do discurso de Michel Foucault e re-presentação de Roger Chartier. Proporcionando uma maior compreensão sobre a produção historiográfica do Instituto relativa ao Maranhão Oitocentista, e de que modo os intelectuais vinculados a essa instituição construíram discursos sobre o que seria o Maranhão no século XIX, refletindo sobre o papel desempenhado pelo IHGM na produção da escrita da história no Maranhão e sobre a produção de um saber historiográfico sobre o Maranhão do século XIX.

DO NACIONAL AO PROVINCIAL – VARNHAGEN E TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

Leandro Maciel Silva

Analiso comparativamente duas obras que marcaram a historiografia brasileira do século XIX. A “História geral do Brasil” (1853-57), de Francisco Adolfo de Varnhagen, é reconhecidamente uma obra marcante e propulsora da escrita da história nacional do século XIX. Com proporções diferentes a “História da Província do Ceará – dos tempos primitivos até 1850” (1867), de Tristão de Alencar Araripe, inaugurou a escrita da história do Ceará. Quais os projetos para uma escrita da história promovida pelos autores? Quais as aproximações e distanciamentos entre as duas obras?

A ELITE INTELECTUAL NA PRODUÇÃO DE LUZES E BIBLIOTECAS

Raimunda Ramos Marinho

No Brasil imperial, vivendo no obscurantismo de valores sociais e culturais e, ao mesmo tempo, impregnado pela áurea civilizatória, tudo o que se destinava a romper com a tradição e com o arcaísmo, contrapondo-se aos interesses da classe dominante, significava uma revolução. Investida dessa preocupação, uma elite formada por intelectuais e políticos encarregou-se de veicular ideias de luzes que pudessem colocar as estruturas econômicas, sociais e culturais fundantes num processo reformador, implicando, igualmente, uma transposição das ideias estrangeiras e a permissão às inovações significativas em solo brasileiro. Desse modo, a elite passa a dedicar uma relevante e crescente valorização de instrumentos e de instituições de propagação do saber, por força da difusão das luzes, como foi o caso das bibliotecas públicas nas províncias, visando a estabelecer um arcabouço que possibilitasse o alcance à instrução e às letras ao mar de analfabetos, os quais constituíam a maioria da população brasileira. Na Província do Maranhão, no decorrer do século em comento, um seleto grupo de homens de destaque na política e nas letras, por assim dizer, membros da pequena elite intelectual, encarregaram-se de gerir ações e desenvolver estratégias para o estabelecimento de bibliotecas de acesso público na capital da Província – cidade de São Luís. Desse modo, voltamo-nos para a história das bibliotecas e de seus construtores, no intuito de estabelecer conexões com as suas atuações e o sistema cultural. Tal situação nos permite enquadrar a existência das bibliotecas no âmbito das criações intelectuais de apropriações e das práticas culturais a serem interpretadas

a partir das ideias de transformação cultural, bem como da forma como esses intermediários culturais apropriaram-se desse templo civilizatório para consubstanciar e fundar seu próprio sistema cultural. Nessa perspectiva, o trabalho se determina a examinar os interesses e as contribuições da referida elite, ou mais especificamente, de alguns dos seus membros – que embora tenham percorrido trilhas diferentes, objetivos comuns fizeram com que os mesmos se destacassem no processo de estabelecimento da Biblioteca Pública Provincial do Maranhão – os quais são: Antônio Pedro da Costa Ferreira, Cândido José de Araújo Viana, José Cândido de Moraes e Silva. Contemplando essa discussão, o estudo se volta para a perspectiva da história cultural sobre a maneira de como se deu a apropriação de ideias e práticas desses integrantes sobre bibliotecas, segundo as fontes historiográficas investigadas como Relatórios Provinciais e jornais. O aporte teórico para a compreensão e discussão dos dados está fundamentado nas produções de Roger Charter, José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Neves. O trabalho apresenta três partes, nas quais se aborda a sociedade maranhense, o estabelecimento da Biblioteca Pública na Província, e a trajetória dos vultos elencados e sua relevância na institucionalização da referida biblioteca. Explorar a história das bibliotecas e de intermediários culturais é poder descortinar práticas e políticas culturais que asseguram a existência e a continuidade das funções de guarda, transmissão e circulação do saber, ou da memória coletiva no estabelecimento desses monumentos.

O PAIZ E GAZETA NACIONAL: IMPRENSA, MEMÓRIA E ABOLIÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Andréa Santos da Silva Pessanha

A imprensa foi espaço privilegiado de realização e de divulgação da campanha abolicionista empreendida na cidade do Rio de Janeiro na década de oitenta. Nos textos a respeito dos acontecimentos, dos atores e da dinâmica do fim do cativeiro, homens do final do século XIX explicitaram quais imagens sobre a abolição e seus agentes pretendiam sedimentar no presente e projetar para o futuro. A trajetória da sociedade brasileira era reavaliada na intenção de corroborar discursos e opções, principalmente nas folhas que, além do debate em torno da legitimidade da escravidão, tratavam de temas envolvendo o regime ideal para o país no momento, ou seja, monarquia ou república. Esta comunicação analisa como dois periódicos da Corte, *O Paiz* e *Gazeta Nacional* construíram/reconstruíram o processo que culminou com a Lei Áurea. As duas folhas também são importantes para entendimento das possibilidades de interface entre abolicionistas e republicanos porque, respectivamente, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo (republicanos históricos e integrantes do Governo Provisório com a Proclamação da República) participaram de suas redações e tiveram artigos contundentes em defesa do término do trabalho escravo. Com esta abordagem, discutiremos como jornais Oitocentistas - amplamente utilizados pela historiografia como fonte e objeto de estudo – procuraram produzir uma memória da abolição.

A SETEMBRADE: HISTORIOGRAFIA E VERSÃO OFICIAL

Ramsés Magno da Costa Sousa

Episódio pouco explorado pela historiografia maranhense e brasileira, a “Setembrada” eclodiu a partir de setembro de 1831 e se estendeu até meados de 1832. Este trabalho visa apresentar como esse movimento foi tratado pelos meios oficiais. Fazendo uso de autores que já discutiram o tema ora proposto, construiremos inicialmente uma análise dos acontecimentos, de seus líderes, e das abordagens que mais se sobressaíram em suas obras. Iremos ressaltar como o movimento foi tratado pela ótica das autoridades políticas. Para tanto, nos debruçaremos, sobretudo, no órgão de imprensa oficial da época, o jornal “O Publicador Oficial”, especialmente as edições entre outubro de 1831 e dezembro de 1832.

UM BARÃO REPUBLICANO – ANTONINO DA SILVA GUIMARÃES E A CIDADE DE ALCÂNTARA NO FINAL DO SÉCULO XIX

Daniel Rincon Caires

Este trabalho teve como foco um personagem da história de Alcântara, o comerciante Antonino da Silva Guimarães (1867-1947), e se iniciou como demanda profissional, uma vez que os bens acumulados por este indivíduo compõem hoje o acervo do Museu Casa Histórica de Alcântara, no qual o autor trabalha como historiador. A partir da análise de registros cartorários, relatos orais e dos próprios objetos adquiridos pelo comerciante, incluindo-se aí o sobrado que sedia o Museu, e amparado em bibliografia pertinente ao tema, empreendeu-se um olhar que extrapolou o âmbito individual, permitindo entender dinâmicas sociais, políticas e econômicas locais em ação no período limítrofe entre a Monarquia e a República. A trajetória de Antonino, homem mecânico descendente de uma família mestiça que alcançou o posto de nova elite da cidade é um emblema dessas transformações gerais que ocorriam. Ao longo da produção do trabalho apareceram questões historiográficas importantes. A abordagem que se inicia no indivíduo e ilumina o contexto, indo da parte para o todo, ressaltou o potencial de contribuições que a micro-história pode oferecer à historiografia. A utilização de objetos do acervo do museu como documentos é outro manancial de discussões historiográficas. E finalmente, elevaram-se questionamentos a respeito do papel do historiador no âmbito dos museus e, também, de seu posicionamento na vida prática e cotidiana em geral.

A INDEPENDÊNCIA DO MARANHÃO NA HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

A historiografia piauiense sobre a Independência, em suas versões clássicas, tem considerado os episódios da emancipação política brasileira considerando, sobretudo a movimentação de tropas e os interesses e partilhas no espaço regional compreendido pelas capitânias/províncias do Ceará, Piauí e do Maranhão. O escopo desta comunicação é apresentar os aspectos mais recorrentes das relações entre o Piauí e o Maranhão nos episódios da Independência conforme narrados por Abdias Neves, Hermínio Conde, Odilon Nunes e Wilson de Andrade Brandão.

SIMPÓSIO 5 – HISTÓRIA E LITERATURA

Coordenação: Dr^a Ana Maria Koch (UFPI)
 Dr. Antonio Celso Ferreira (UNESP – ASSIS)
 Dr. José Henrique de Paula Borralho (UEMA)

DIA: 09/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 3.

A FONTE LITERÁRIA: USOS E ABUSOS

Antonio Celso Ferreira

Final, como o historiador concebe a fonte literária e a distingue das outras? Como a literatura interage nos contextos sociais e culturais e que papéis lhe foram atribuídos historicamente? Como se constituíram e se modificam suas formas? De que maneira se relaciona com outras linguagens? Quais são as metodologias apropriadas a tal modalidade de pesquisa e interpretação? A estas questões acrescenta-se outra, de maior alcance, que envolve o conhecimento das semelhanças, diferenças e relações entre a narrativa histórica e a narrativa literária: o que é História e o que é Literatura? Sem pretender responder em toda a amplitude tais questões ou estender demasiadamente a reflexão teórica sobre o assunto, que abrange uma vasta bibliografia, às vezes carregada de jargões obscuros, pretendo oferecer algumas orientações básicas para o tratamento da fonte literária na pesquisa histórica.

REPUBLICANOS, EVOLUCIONISTAS E MULATOS: LITERATOS DO SÉCULO XIX NA POLÍTICA

Ana Maria Koch

Silvio Romero chamou Machado de Assis de mulato na última década do século XIX. Assim se classificava também a si mesmo, a Tobias Barreto e aos outros intelectuais brasileiros da época. O debate dos evolucionistas de então era sobre o estágio do Brasil, que Silvio Romero pensava estar entre o primitivo africano e o civilizado europeu, isso depois de reconhecer a importância do romantismo para estabelecer esse degrau na proposta de classificação teórica em que seguia a Herbert Spencer. A comunicação propõe abordar o conceito mulato na proposta de Silvio Romero para contextualizá-lo no projeto republicano dos intelectuais spencerianos no Brasil do último quartel do século XIX. A importância do conceito está no fato de que Silvio Romero atribui aos literatos o papel político de doutrinadores do povo pela literatura para levar o Brasil ao pretendido estágio da civilização, enquanto Machado de Assis apontava na direção da liberdade de expressão como fundamento da produção literária no discurso de fundação da Academia Brasileira de Letras.

O MULATO DE ALUÍSIO AZEVEDO E AS RELAÇÕES “RACIAIS” NO MARANHÃO OITOCENTISTA (SÃO LUÍS, 1850-1881)

Daniel Precioso

A presente comunicação pretende avaliar os limites e as possibilidades de uma leitura histórica do romance *O Mulato* (1881) de Aluísio Azevedo. Por se tratar de um clássico da literatura brasileira, muitos foram os seus comentaristas, sobretudo no campo da teoria literária. Deteremo-nos, porém, naqueles que procuraram aproximar história e crítica literária. Desse modo, o nosso objetivo é dialogar com abordagens que o tomaram como documento histórico ou retrato sociológico, procurando entender como historiadores/sociólogos e críticos literários lhe conferiram historicidade, sobretudo, no que diz respeito à discussão das relações raciais em São Luís do Maranhão na segunda metade do século XIX.

MARIA FIRMINA DOS REIS E A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Régia Agostinho da Silva

O presente trabalho tem por objetivo discutir a atuação da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917) na discussão sobre a escravidão no Maranhão na segunda metade do século XIX. Partindo do romance “Úrsula” (1859) e o conto “A escrava” (1887), e de seus diversos escritos na imprensa do período, pretende-se perceber como a escritora utilizou sua pena e veia literária na construção de um ideário abolicionista no Maranhão do século XIX, que se configurava nesse momento como umas das províncias com maior número de contingente escravo do período. O Maranhão do século XIX, contexto em que Maria Firmina dos Reis viveu e produziu sua obra foi marcado por uma grande hierarquia social, na qual, uma elite branca e escravista, constituía-se como mandatária do poder local. Nesse cenário é que Maria Firmina dos Reis insere sua escrita abolicionista que pode ser percebida nas obras citadas, principalmente no romance “Úrsula” de 1859 contribuindo dessa forma na luta pelo fim da “instituição horrenda” que foi a escravidão no século XIX em nosso país. Nosso intento é seguir a escrita Firminiana e perceber como a atuação da escritora mulata Maria Firmina dos Reis, pode nos ajudar a entender escravidão no Maranhão e também a luta abolicionista desse período, contribuindo dessa forma para um maior conhecimento da escrita feita por mulheres no século XIX em nosso país, a escravidão no Maranhão e no Brasil do oitocentos e também a luta abolicionista nesse período.

OS CONDICIONANTES DA ESCRITA: JOSÉ DO NASCIMENTO MORAES NO ESPAÇO INTELECTUAL MARANHENSE

Franklin Lopes Silva

Este trabalho pretende apresentar os principais aportes conceituais e recursos metodológicos utilizados em uma pesquisa ainda em desenvolvimento tendo em vista a análise das bases sociais e condicionantes da constituição de elites intelectuais no Maranhão. Aqui, nos deteremos sobre o conjunto das posições ocupadas por José do Nascimento Moraes e à análise de sua publicação mais conhecida: “Vencidos e Degenerados”. Personagem eminente nas disputas intelectuais que acompanharam o final do século XIX e alicerçaram alguns dos principais eventos relativos à produção cultural maranhense no início do século XX. Investigando os perfis sociais dos fundadores da Academia Maranhense de Letras, entre os quais se inclui José do Nascimento Moraes, pretendemos deslindar as lógicas sociais que disposicionam os agentes a “estilos de vida” e modalidades de atuação diferenciadas, embora transitando por domínios imbricados, como o político, o econômico e o literário, e reivindicando a “vocação literária” como principal recurso para a afirmação social. Importa-nos ainda compreender a importância da constituição de rivalidades e alinhamentos *faccionais* e as *estratégias* de ativação, apropriação e transmissão de valores, ícones e símbolos que conferem sentido à idéia de continuidade “geracional” nas disputas em torno da afirmação intelectual neste contexto. Nesta perspectiva, a ênfase recai sobre as origens sociais como parâmetro analítico do processo de incorporação das disposições artísticas e, ao passo que nos dispomos à crítica das ilusões do “gosto puro e desinteressado”, analisamos as correlações existentes entre as disposições incorporadas e os condicionantes sociais para a atuação literária no *espaço intelectual maranhense*.

POETA E SOBRINHO DE POETA: TEÓFILO DIAS EM QUESTÃO

Claunísio Amorim Carvalho

Esta apresentação tem o objetivo discutir a trajetória literária do poeta e advogado caxiense Teófilo Dias, (1854-1889), sobrinho do expoente máximo do Romantismo brasileiro, Gonçalves Dias (1823-1864), e patrono da cadeira n.º 36 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do seu fundador Afonso Celso Júnior, inserindo-o num contexto sociocultural que envolve as cidades de São Luís, Rio de Janeiro e São Paulo.

DIA: 10/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 3.

**SÍMBOLOS RURAIS DE UMA URBANIDADE: A PRESENÇA DO RURAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS
ESCRITOS DE LITERATOS DO SÉCULO XIX**

Leonardo Soares dos Santos

Este trabalho procura ensaiar um diálogo entre história e literatura a partir das descrições produzidas por cronistas que adotaram o Rio de Janeiro do século XIX como o cenário de suas histórias. A partir de seus textos que retratavam a cidade, seus habitantes, seus costumes, suas ruas e praças, seus prédios, seu cotidiano, enfim, sua cultura urbana, podemos testificar o quanto a dinâmica da cidade acolhia em grau significativo usos e costumes rurais, e isso no interior da *urbe* carioca. Os escritos analisados, como as de Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis, Aluísio Azevedo e Arthur Azevedo, constituem um valioso registro do momento em que a cidade do Rio ainda não havia sofrido um intenso processo de “desruralização”, processo este que varreria todas as cidades do mundo ocidental, a partir do século XVIII na Europa, e que chegaria com força no Brasil em fins do século XIX. A presença de animais, hortas e pastos, assim como o desenvolvimento de atividades rurais, longe de serem detalhes insignificantes daquelas obras, são tratadas aqui como elementos essenciais de compreensão de uma dinâmica urbana bem específica, que acolhia inclusive elementos de uma cultura rural e que vigoraria na corte - e depois capital da República – até o final daquele século, quando ela seria radicalmente solapada pelos empreendimentos modernizantes dos governos republicanos.

**A INVENÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS E CULTURAIS A PARTIR DA LITERATURA NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX, DE
TRAJANO GALVÃO DE CARVALHO E FRANCISCO DIAS CARNEIRO**

José Henrique de Paula Borralho

Trajano Galvão de Carvalho e Francisco Dias Carneiro (*Poesias*), *Casca da Caneleira* (contos), demarcam como o Maranhão, a partir de sua especificidade, sua marca específica, contradiz, participa, se coaduna, correlaciona seu espaço físico com o império, ou seja, como os maranhenses estabeleceram correlações de forças com o império a partir de sua singularidade expressas nessas obras citadas. Esta apresentação tem como objetivo geral analisar a invenção sociopolítica da identidade maranhense e da ideia de Maranhão no computo das obras de Trajano Galvão de Carvalho e de Francisco Dias Carneiro a partir de elementos como região, vida campesina, hábitos maranhenses, usos e costumes, cultura e cultura popular, festas, dança, culinária, ou seja, como estas questões alimentaram, conduziram a criação de uma literatura maranhense ainda no século XIX e como essa literatura contribui, por conseguinte, para uma ideia de região.

AS LENDAS LUDOVICENSES DO SÉCULO XIX

Flávio Pereira Costa Júnior

As lendas são histórias que estão ligadas a fatos reais e históricos com eventos sobrenaturais. Exemplo seriam as de Ana Jansen, Palácios das Lágrimas e a Manguda. Pois Ana Jansen foi uma das mulheres mais influentes na política do século XIX no Maranhão e que ficou bastante conhecida pelos maus tratos aos seus escravos, e que segundo a lenda, depois de sua morte, para espiar seus pecados, vaga pelas ruas do centro histórico de São Luís em uma carruagem com cavalos e escravos decapitados.

No Maranhão estas modalidades de histórias estão devidamente representadas pela cultura. O branco europeu, o negro africano e o ameríndio local são os principais colaboradores para a construção e significação e mesmo resignificação da cultura brasileira. Neste aspecto as histórias orais tiveram bases nesta multiplicidade étnica. A análise dos mesmos está evidenciada nesta permuta cultural. Entender os contos e lendas maranhenses, sobretudo ludovicenses, é compreender parte dos anseios, angústias, aflições, entre outras coisas desta sociedade. A tradição oral da cidade de São Luís é enriquecida pela sua complexa multiplicidade cultural.

Como o conceito clássico de lendas se refere a histórias que têm ponto de contato com a realidade e fatos históricos mesclados ao sobrenatural, as lendas maranhenses estão repletas de historicidade e seus cernes ditam características desta sociedade. Notamos, dentre outros aspectos, a resistência ao colonialismo, forma de se manter o *status quo* de uma elite. Assim, as lendas têm apresenta características sociais que mostra vicissitudes da sociedade ludovicense.

SIMPÓSIO 6 – HISTÓRIA, SERTÃO E MEMÓRIA

Coordenação: Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (UEMA)
Dr^a Gercinair Silvério Gandara (PNPD – CAPES/UFG)

DIA: 09/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 2.

HISTÓRIA, SERTÃO E MEMÓRIA

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
Gercinair Silvério Gandara

Sempre que mencionamos a palavra *sertão* nas Ciências Sociais, inevitavelmente associamos o verbete ao livro Os sertões de Euclides da Cunha. Tido para muitos como o marco inaugural do tema, quase nunca percebemos o equívoco cometido por Cunha ao generalizar o *sertão* brasileiro. Para o autor, os sertões são todos iguais, esta idéia euclidiana ficou consolidada no título da obra. Refratário em quase tudo, sinônimo de atraso e violento, o sertão, em contraposição ao litoral, moderno onde impera o progresso e a “civilização”. Vários foram os autores que interpretaram o sertão, do ponto de vista histórico, sociológico, antropológico, político e geográfico. Via de regra, a memória do sertão tem sido narrada a partir das representações contidas nos interpretes clássicos do sertão, abandonando-se a busca do real. Por outro lado, os rios, únicos acessos possíveis de se chegar ao sertão, contribuíram com a interiorização do colonizador e levaram o sertão cada vez mais, para longe do litoral. Os rios ajudaram sobremaneira na construção de uma vasta rede de circulação de mercadorias em níveis regionais e nacional. A categoria rio representa um sistema, indicador da situação espacial, concebido com base nas relações entre natureza e pessoas. Especificamente os rios servem de baliza ou marco quase míticos para estratégias sócio-culturais. Carregam em seu fluxo um ressoar de histórias investidas de surpreendentes significações. Transportam simbolicamente a existência humana e toda a sua imensidão de desejos, sentimentos, intenções e ações. Seus percursos podem desenhar uma cartografia como invenção de memórias.

O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO FARINHA PARA O RIO GRAJAÚ

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Uma das principais características do rio Grajaú é sua sinuosidade excessiva provocando uma constante retificação no seu curso natural. Essa tortuosidade e seu pouco calado durante o período de estiagem foram dois imensos óbices para sua navegação. Contudo, por quase dois séculos o rio Grajaú foi a única “estrada móvel” entre o centro-sul e capital maranhense. O governo do Maranhão tentando resolver o grave problema da navegação, satisfatória apenas no inverno, projetou a transposição das águas do rio Farinha para o rio Grajaú. Este artigo busca analisar, as várias tentativas de execução do referido projeto.

O SERTÃO MARANHENSE NO CONTEXTO DA BALAIADA: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Este trabalho aborda as condições socioculturais e políticas do sertão maranhense no contexto da Balaiada, uma vez que parte da região foi palco do maior conflito já ocorrido na província e suas principais lideranças e rebeldes foram homens do sertão, marginalizados em geral, vivendo numa precária condição de sobrevivência. Na primeira metade do século XIX, o interior da província do Maranhão vivia uma situação de profunda violência, oriunda dos recrutamentos indistintos, prisões indiscriminadas, trabalhos forçados, abusos das autoridades, sendo comum naquele contexto o arrombamento de cadeias, fugas de membros da Guarda Nacional (desertores), assassinatos, e tantas outras formas de reação da população mais humilde demonstrando seu descontentamento. A região também era marcada pela falta de articulação com o litoral, por um olhar preconceituoso da sociedade litorânea, despontando em um relacionamento tenso que se definiu nos conflitos entre as camadas sociais do sertão e o poder provincial.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7 - SOCIEDADE, ECONOMIA E TRABALHO NO BRASIL OITOCENTISTA

Coordenação: Dr^a Mônica de Souza Nunes Martins (UFRRJ)
Dr. Théó Lobarinhas Piñeiro (UFF)

DIA: 09/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 4.

“UM GRANDE EMBARAÇO AO PROGRESSO”: A MÃO-DE-OBRA ESCRAVIZADA NOS DISCURSOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO PIAUÍ OITOCENTISTA

Débora Laianny Cardoso Soares

Na historiografia piauiense as discussões sobre a relação violência e escravidão, aparece com uma característica peculiar, o paradigma da utilização da mão-de-obra escravizada na principal fonte de riqueza senhorial e dos cofres da Tesouraria da Fazenda, a pecuária. A produção teórica sobre as relações escravistas no Piauí encontra reforço nos discursos políticos coevos. Grande parte dos Presidentes de Província piauienses da segunda metade do século XIX, tendiam a oporem-se a mão-de-obra escravizada, alegando sua inutilidade diante da secular produção pastoril extensiva. Na década de oitenta dos Oitocentos foi difundida a ideia de que a escravidão era um mal que implicava no atraso moral e econômico da Província. Assim, o presente trabalho analisa as teses que implicam igualmente, na construção da ideia de uma escravidão branda juntamente com a disseminação do discurso civilizatório e do caráter afável dos cidadãos piauienses, no intuito de reconstituir as manobras políticas que reforçaram o processo abolicionista no Piauí.

NO CAMPO E NA CIDADE: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ECONOMIA COLONIAL MARANHENSE. SÃO LUÍS E VIANA (1803 – 1822)

Paulo Juracy Carvalho Neto

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo comparativo acerca do papel e da participação das mulheres na economia maranhense, sobretudo na cidade de São Luís e na vila de Viana, tentando perceber como estas estavam inseridas na dinâmica econômica. Utilizaremos para tal análise os inventários de mulheres de São Luís e Viana alocados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão (ATJ – MA), onde encontramos a relação de seus bens e suas dívidas. A partir da documentação traçaremos um diálogo com pesquisas como a tese de Marize Helena de Campos e os escritos historiográficos sobre história econômica e história das mulheres, onde percebemos o papel dessas personagens na economia colonial maranhense. Ao longo do estudo encontramos mulheres administrando propriedades de terra com plantações de milho, algodão, arroz, mandioca e também com um número bastante elevado de escravos, algumas com até cinquenta e quatro em seu plantel; bem como outras que ganhavam a vida com a venda de propriedades, como cativos, e ainda concedendo crédito a outras mulheres e a homens de São Luís e do interior, sendo de seu seio familiar ou não, ou simplesmente vivendo do aluguel de casas. Sendo dessa forma senhoras de si e daqueles que estavam ao seu redor. As pesquisas apontaram que mesmo em ambientes diferentes essas mulheres conseguiam se movimentar por entre as entrelinhas da dita economia gerando riquezas para si e para os seus, a despeito do “sistema social” em vigor à época, o patriarcalismo.

A MEDIDA DA RIQUEZA: OS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* E A ESCRAVIDÃO NA CIDADE DO CRATO – CE (1850-1870)

Iris Mariano Tavares

A escravidão era, no dizer de Leslie Bethell, “a pedra angular” da economia e da sociedade tanto no Brasil Colonial quanto no Imperial e, por mais de três séculos, condicionou a formação social das mais variadas regiões do mencionado território, assim, possuir escravos projetava o indivíduo socialmente. Dito isto, a pesquisa objetiva analisar a composição social dos proprietários de escravos da cidade do Crato – sul do estado do Ceará – nos anos de 1850 a 1870, procurando identificar o tamanho dos plantéis, a importância da participação da mão-de-obra cativa na economia da região, o valor dos escravos para aquela sociedade e a composição da riqueza dos senhores cratenses. Far-se-á a análise dos problemas levantados através da pesquisa documental de inventários correspondentes ao referido período. Os dados coletados serão entrecruzados com o suporte teórico trazido dos estudos sobre o tema, como a História Social, fazendo interface com a História da Cultura Material. Sua relevância reside no fato de colaborar para uma melhor compreensão acerca da realidade social, política e econômica da região do Cariri cearense em meados do Oitocentos e, conseqüentemente, nos dias atuais, uma vez que a instituição escravista produziu marcas indelévels que ecoam ainda hoje na sociedade brasileira e caririense.

CAIS DA SAGRAÇÃO: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX

Ludmylla Fontenele Lopes
Nivaldo Germano dos Santos
Elias Nascimento Ribeiro

Durante o século XIX, a cidade de São Luís passou por um amplo processo de modernização. Nesse sentido, pretende-se analisar os motivos e qual a relevância da construção do Cais da Sagração, atualmente (Cais da Praia Grande) na cidade, averiguando se houve investimentos de outros órgãos que não exclusivamente o governo da província, bem como a duração de execução do projeto. A partir deste ponto, pretende-se traçar uma discussão, tendo como ponto de partida o método e o material utilizados na construção do cais durante o século XIX. Isto, além de levantar e problematizar algumas questões, como a função do cais na ilha e o processo de modernização no qual ele estava inserido, como um projeto de governo. Para tanto, utiliza-se uma documentação inédita (relatórios de presidente de província), com o objetivo de compilar dados e indícios importantes para uma história de São Luís em geral e do cais, em particular, este que foi eternizado na obra *Cais da Sagração*, escrita por Josué Montello.

TRABALHADORES DO AGRÁRIO NO CARIRI CEARENSE OITOCENTISTA

Darlan de Oliveira Reis Junior

A região do Cariri cearense, localizada no extremo-sul do estado sempre foi considerada um “oásis” no sertão, notadamente o território mais próximo à Chapada do Araripe, no caso, o da Vila Real do Crato devido às suas fontes de água e solos férteis, sendo uma área de atração de contingentes populacionais. A ocupação dos espaços no interior do Ceará obedeceu à lógica da expansão da pecuária com a subordinação das comunidades indígenas e sua “pacificação”, e a submissão de trabalhadores livres pobres, além da utilização do trabalho escravo, por todo o chamado sertão. As atividades econômicas tinham um vínculo entre si: a predominância de um mundo rural, marcado pelas atividades agrárias e o estabelecimento de relações baseadas na desigualdade social e na exploração do trabalho humano. A questão agrária diz respeito à dinâmica de ocupação do solo e a relação entre sua posse e seu uso pelos homens e mulheres que viveram em determinado período e constituíram uma formação social. Pretendo analisar como senhores de terras, camponeses, moradores e escravos estabeleceram suas vidas e criaram um sistema agrário na região do Cariri cearense, em meados do século XIX. Do ponto de vista metodológico busca-se articular a discussão teórica, a produção historiográfica e a análise das fontes.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8 – AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Coordenação: Dr. César Augusto Castro (UFMA)

DIA: 10/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 4.

ALMEIDA DE OLIVEIRA E AS LIÇÕES DE COISAS NO ENSINO PÚBLICO MARANHENSE (1843-1887)

Ana Caroline Neres Castro Licar

Este trabalho de natureza história, inscrito no campo da cultura escolar, objetiva analisar a contribuição de Almeida Oliveira (1843-1887) para a instrução pública maranhense ao defender, pioneiramente, a utilização do método intuitivo em seu trabalho *O ensino público*. Influenciado pelo modelo norte-americano, Almeida de Oliveira, apresentou o ensino pelas *lições de coisas* como sendo o mais apropriado para o ensino científico. Esse intelectual refletiu o pensamento de uma época em que o método intuitivo era visto como um instrumento capaz de reverter a ineficiência de um ensino escolar, caracterizado como insatisfatório, por priorizar uma aprendizagem baseada na memorização e na abstração, formando alunos que não dominavam a leitura e a escrita. Esse pensamento, voltado para o progresso do país, tão evidenciado no discurso de Almeida Oliveira, foi a bandeira de luta dos liberais e, posteriormente, do partido republicano, além de influenciar intelectuais por toda a primeira década do século XX.

ANTONIO ALMEIDA OLIVEIRA E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO POPULAR NO IMPÉRIO

Cristiane Pinheiro Santos Jacinto

O maranhense Antonio Almeida Oliveira foi advogado, jornalista, educador, deputado geral e presidente provincial, mas, sua grande paixão era a educação. Considerava fundamental garantir o acesso à educação a todo o povo brasileiro. Nesse sentido, foi um dos fundadores, no Maranhão, da escola noturna para adultos Onze de Agosto e da Biblioteca Pública de São Luís. Tais ações eram decorrentes de suas propostas para a educação pública no país sistematizadas no livro *O Ensino Público*, de 1873. A referida obra nos permite não apenas vislumbrar sua visão sobre o tema e as soluções apresentadas pelo autor, mas também conhecer múltiplos aspectos do sistema educacional imperial. No presente trabalho, centraremos nosso olhar sobre suas propostas de educação para a camada mais pobre da população, em que são apontadas algumas instituições consideradas necessárias, entre elas as escolas noturnas, as escolas dos meninos desvalidos e a realização de conferências populares. Objetivamos ainda fazer um debate sobre o papel da educação e os desafios para sua implementação no Brasil Imperial e principalmente no Maranhão.

A EDUCAÇÃO E A IMPRENSA PARAIBANA NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO IMPÉRIO-REPÚBLICA ENTRE OS ANOS DE 1889-1891

Maday de Souza Morais

O presente trabalho está vinculado à pesquisa de iniciação científica intitulada “História da Educação na Paraíba entre os anos de 1889 a 1910: transições e conexões da monarquia para a república”, que tem como foco o cenário educacional no plano da imprensa paraibana da época, na tentativa de buscar os elos de ruptura ou continuidade nos debates que direcionavam os rumos da instrução no quadro das instituições governamentais que regiam a nascente República. Os objetivos dessa pesquisa têm como alvo a análise da forma de escrita nos impressos, buscando novas complementações e interpretações acerca das leituras realizadas sobre a educação no plano desse recorte temporal. Desta forma, tendo como alvo os jornais a *Gazeta da Parahyba* e o *Estado da Parahyba* - entre os anos de 1889 a 1891 -, apresentamos algumas discussões sobre a instrução pública e privada

tais como: a interferência do contexto republicano nas “instituições” de ensino (como por exemplo, as ações do governo em forma de despachos, substituições e jubilações do corpo docente); as divergências de opiniões veiculadas nos jornais; a ideia de educação através da exposição de notícias que relatam o pensamento ainda aproximado dos ideais monárquicos; uma avaliação da presença estudantil nesse meio de divulgação; a relação de crise “nacional” e os impulsos do progresso; entre outras.

O LICEU PARAIBANO ENTRE OS ANOS DE 1899 E 1903: UMA VISÃO SOBRE A CRISE A PARTIR DO DISCURSO OFICIAL

Michelle Lima da Silva

A presente comunicação tem a finalidade de analisar a crise que afetou o Liceu paraibano – este sempre tido como modelo de educação na província recém transformada em estado com o advento republicano de 1889-entre os anos de 1899 e 1903, a partir do discurso oficial, mais especificamente as mensagens enviadas pelo presidente de estado a assembléia legislativa, tentando observar o que representou para o poderio e manutenção do poder das elites aquela crise, e se a mesma poderia prejudicar a visão que se tinha do regime recém instaurado no estado. Mesmo tendo como suporte principal as mensagens, confrontaremos as mesmas com o discurso veiculado nos periódicos da temporalidade supracitada, uma vez que analisaremos os discursos dessas duas fontes buscando apreender como esses dois segmentos observaram a referida crise. Esse trabalho é parte do projeto de iniciação científica “História da Educação na Paraíba entre os anos de 1889 a 1910: transições e conexões da monarquia para a república”, que objetiva observar como a mudança de regime político perpassou a educação, através das mudanças e permanências do período imperial.

SOBRE OS MANDOS DA FÉ: A EDUCAÇÃO CAXIENSE NOS TEMPOS DAS ALDEIAS ALTAS

Salânia Maria Barbosa Melo
Jakson Santos

O presente trabalho é parte da pesquisa que ora desenvolvemos sobre a educação caxiense nos oitocentos. No entanto, é necessário, neste início de caminhada fazer um recuo histórico significativo e focar nosso olhar sobre o Seminário das Aldeias Altas. Dessa forma a pesquisa, neste momento, apresenta as ações jesuíticas, ou seja, as práticas educativas em solo caxiense, como sinal dos espaços geográficos que os padres da Companhia de Jesus ocuparam, em prol da catequização. O Seminário das Aldeias Altas fora erguido sob o auxílio financeiro dos fazendeiros do Médio Itapecuru, com a perspectiva de que os jesuítas educassem os filhos dos mais abastados da região assim como, os filhos dos ricos fazendeiros do Piauí. A direção desta escola ficou a cargo do padre Antônio Dias. A estrutura física deste colégio era de barro e coberta de palha e tinha como objetivo o ensino das primeiras letras, procurando desta maneira suprir a necessidade de escolas na região. A historiografia da educação vem contribuindo significativamente nestas últimas décadas, para contemplarmos pesquisas com esse foco. Sob o viés da História Cultural utilizaremos um variado aporte documental para o desenvolvimento da pesquisa, como também conceitos, que puderam subsidiar um entendimento acerca do objeto de pesquisa.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9 – CATOLICISMO NO BRASIL OITOCENTISTA: FONTES, ARQUIVOS E ABORDAGENS HISTÓRICAS

Coordenação: Dr. Lyndon de Araújo Santos (UFMA)

DIA: 09/06

HORA / LOCAL: 09:00 às 12:00 – Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 6.

REGISTROS DO CATOLICISMO NO MARANHÃO (SÉC. XIX): BIOGRAFIAS, FESTAS E INSTITUIÇÕES, IMPRESSÕES SOBRE AS FONTES ECLESIASTICAS

Isabella Alves Silva
Jacira Fonseca dos Santos

O Projeto “Registros do Catolicismo no Maranhão (Séc. XIX): Biografias, Festas e Instituições” propõe uma nova estrutura de organização do acervo de documentos da Arquidiocese do Maranhão, atualmente sobre responsabilidade do Arquivo Público do Estado, com o objetivo de colaborar para a realização de estudos sobre a história do catolicismo no Maranhão através do levantamento, digitalização e análise de tais fontes. Este acervo constitui-se de quase sete mil documentos, atualmente organizados em 61 listas nominais, formulados segundo a estrutura normativa e lógica discursiva eclesiástica, portadores de indícios para a problematização das atitudes do clero e dos fiéis em face dos desdobramentos da atuação da Igreja Católica no Maranhão no oitocentista. Medidas no sentido de catalogar, digitalizar, conservar e divulgar essas fontes são de extrema importância para fomentar futuras investigações e produções historiográficas e sociológicas acerca do catolicismo e ações da Igreja Católica no Maranhão entre os séculos XVIII e início do XX.

RELEVÂNCIA E ANÁLISE DOS AUTOS DE VISITAS PASTORAIS DO SÉCULO XIX NO MARANHÃO

Joelma Santos da Silva

A documentação eclesiástica passou a ser largamente utilizada como fonte de pesquisa a partir da emergência de novos métodos, objetos e abordagens da História. Nesse âmbito, os autos de Visita Pastoral constituem-se em documentos eclesiásticos resultantes das devassas, ou visitas pastorais – vistorias periódicas realizadas pelos bispos, ou delegados por eles escolhidos, para fiscalização das paróquias de sua jurisdição, da atuação do clero e da observância religiosa dos fiéis, com caráter didático e punitivo. No Maranhão, quanto ao século XIX, o acervo se constitui de dezesseis autos de visitas realizadas pelo bispado do Maranhão às freguesias do atual Estado e da então Província do Piauí, pertencentes ao Arquivo da Arquidiocese do Maranhão e sob responsabilidade atual do Arquivo Público do Estado do Maranhão. A presença da documentação comprovando certa regularidade desta ação no bispado do Maranhão no leva a várias possibilidades de pesquisa. Nos Autos observam-se apontamentos sobre a geografia de freguesias e vilas e atividades econômicas praticadas, prosperidade ou pobreza de seus habitantes, número de pessoas que viviam na região, além de informações sobre a educação escolar das crianças, dando conta dos locais que possuíam escolas de primeiras letras e seus professores, se leigos ou religiosos, ordenado recebido e quantidade de alunos. A preocupação com a existência, correto lançamento de informações e atualização dos livros de assento é pauta recorrente nos autos, bem como a elaboração de listas normativas, que possuíam também funções administrativas junto ao poder civil, fazendo-nos compreender os autos de visita pastoral como ricas fontes de pesquisas no espaço religioso, social, político e demográfico do período.

O PODER DA ASSISTÊNCIA EM SÃO LUÍS: A IRMANDADE DA MISERICÓRDIA E A PRÁTICA ASSISTENCIAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1850-1890)

Agostinho Júnior Holanda Coe

Este trabalho tem como objetivo analisar o poderio construído pela Irmandade da Misericórdia na prestação da assistência aos mais pobres em São Luís, bem como aos membros das elites locais na segunda metade do século XIX. A partir de suas instituições, tais como: Hospital de Caridade, Hospital dos Lázaros, Roda dos Expostos buscaremos compreender de que forma a assistência era praticada no período analisado além da relação de complementaridade com outras instituições assistenciais na capital. Para tanto, problematizaremos como a assistência proporcionada pela Irmandade da Misericórdia consubstanciou as relações entre as elites e o Estado, gerando alianças e conflitos e, sobretudo como se deu a simbiose entre a Irmandade e o governo da província em São Luís. O recorte temporal utilizado (1850-1890) se justifica pelo fato de que em 3 de dezembro de 1850 a Misericórdia de São Luís adotou um regime excepcional despojando os seus irmãos do direito de escolher os membros da mesa diretora da instituição, sendo conferido a todos os presidentes da província a partir de então o cargo automático de provedor da Misericórdia. Já em 1890 temos o decreto que veta a intervenção do poder público no regime econômico dos institutos e associações de caráter religioso, estabelecendo o fim da obrigatoriedade do cargo de provedor da Misericórdia ser desempenhado pelos presidentes da província do Maranhão.

CONTRA O ESTADO, A IGREJA E A SOCIEDADE: O DISCURSO DO CATÓLICO CAXIENSE SOBRE OS PROTESTANTES

Joyce Oliveira Pereira

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o conflito existente entre católicos e protestantes na cidade de Caxias, o qual ficou evidenciado através das publicações do periódico *Gazeta Caxiense* (presente no Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM), no período compreendido entre os anos de 1893 a 1895 demonstrando a atmosfera de intolerância religiosa que pairava sobre a sociedade. Através da leitura e análise dos periódicos e tendo como referência autores como Lyndon de Araújo Santos pretende-se demonstrar a postura dos caxienses católicos que demonizavam as práticas do sagrado protestante, inclusive classificando-as em seu conjunto como uma seita e acusando os praticantes de traírem Deus, a Igreja e a Sociedade.

LEITURAS HISTÓRICAS DO CATOLICISMO MARANHENSE NO OITOCENTOS

Lyndon de Araújo Santos

A exposição pretende analisar a produção histórica e historiográfica sobre o catolicismo no Maranhão, no recorte temporal do século XIX. Esta produção caracteriza-se pelo seu caráter fragmentário e descontínuo, a partir das fontes documentais encontradas no Arquivo Público do Estado do Maranhão. A partir desta avaliação, abordaremos as condições e as possibilidades para uma escrita histórica sobre a religiosidade católica no oitocentos, desde a perspectiva da História Cultural e os seus horizontes teóricos e metodológicos.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10 – CULTURAS, REPRESENTAÇÕES, FESTAS, RELIGIOSIDADES E COTIDIANO NO BRASIL OITOCENTISTA

Coordenação: Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo (UEMA)
Ms. Eloy Barbosa de Abreu (UEMA)

DIA: 08/06

HORA / LOCAL: 09 às 12:00h - Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 5.

A DISCRIMINAÇÃO DO BUMBA-MEU-BOI NOS DISCURSOS DOS DIÁRIOS DO SÉCULO XIX

Alex Silva Costa

Nesta comunicação pretende-se analisar alguns discursos dos jornais no século XIX sobre a discriminação e proibição das apresentações do bumba-meu-boi na região central da cidade de São Luís. Observou-se nas análises o ponto de vista dos jornais da época, bem como de intelectuais e pesquisadores (jornalistas, antropólogos, historiadores). Também pretendemos pensar o debate existente nos discursos dos periódicos do século XIX e identificar quais fatores levaram a negação e desvalorização do folguedo.

SENTIDOS DA TRADIÇÃO: A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA EM OEIRAS (1859 / 2008)

Ariane dos Santos Lima

Este artigo analisa a Procissão do Bom Jesus, manifestação característica da religiosidade tradicional que acontece todos os anos na cidade de Oeiras, Piauí. Os ritos religiosos estabelecem signos indispensáveis a uma estrutura simbólica que lhe dá sentido e que estabelece na prática dos sujeitos a capacidade de atuar segundo certos códigos que se caracteriza, uma referência as identidades e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. A partir dessa concepção e, tendo em vista a singularidade dessa manifestação cultural e sua representatividade para a formação das sensibilidades religiosas do Piauí, direciono a análise da celebração como constante trabalho de reinvenção da tradição a partir do método comparativo. A principal fonte utilizada foi à resolução que aprovou o compromisso da Confraria do Senhor Bom Jesus dos Passos em 1859 e a pesquisa etnográfica da celebração realizada no ano de 2008. Dialogamos com a História Cultural e Social na medida em que procuramos na manifestação da cultura religiosa as performances e lógicas sociais forjadas no seio da sociedade piauiense.

OLHARES SOBRE ESPAÇOS E CELEBRAÇÕES PÚBLICAS NA SÃO LUÍS OITOCENTISTA

Eloy Barbosa de Abreu

João Francisco Lisboa nasceu na Província do Maranhão em 22 de março de 1812. Fez seus primeiros estudos na capital, São Luís. Tornou-se jornalista, político e intelectual. Dentre a sua vasta produção literária, Lisboa escreveu em 1851, entre os meses de outubro e novembro, duas crônicas que versam sobre festas religiosas, relações de sociabilidade e o cotidiano de São Luís no século XIX. Busca-se, neste espaço, discutir a partir dos escritos de João Lisboa sobre os cerimoniais e a ocupação dos espaços público na São Luís oitocentista.

A IMPORTÂNCIA DAS FESTAS CÍVEIS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO GOSTO MUSICAL E DA SOCIABILIDADE ENTRE AS ELITES LUDOVICENSES NA SÃO LUÍS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

João Costa Gouveia Neto

Durante a segunda metade do século XIX as elites ludovicenses tinham acesso a muitos divertimentos elegantes assim como as demais elites do restante do império brasileiro. É notório que para essas elites aburguesadas o importante era divertir-se aos moldes ingleses, norte-americanos e principalmente franceses. Além dos espetáculos líricos, concertos solo apresentados no Teatro São Luís, dos saraus, das festas religiosas, outro momento de divertimento importante e concorrido por causa da elegância exigida eram as festas cívicas, principalmente as realizadas no teatro São Luís. Nessas ocasiões os (as) ludovicenses se preparavam com muito esmero e cuidado para ao menos parecerem elegantes. Antes e após a realização dos eventos as informações eram relatadas nos jornais que circulavam pela capital maranhense. Juntamente com as datas comemorativas como da Independência, da Aderência do Maranhão à Independência, as datas natalícias dos membros da família imperial também eram festejadas com grande pompa. É importante dizer que nos idos da segunda metade do século XIX todas as ocasiões serviam de pretexto para realização de um baile. Assim, através dos anúncios e comentários publicados nos jornais da capital da província do Maranhão sobre as festas cívicas, pretendo analisar a importância destas para a consolidação do gosto musical e da sociabilidade entre os estratos elitizados.

AS PRÁTICAS DE LAZER NA CIDADE DE SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX

Paulo da Trindade Nerys Silva

Resgatar a memória das práticas de lazer na cidade de São Luís (MA) no século XIX, à luz dos Códigos de Postura e da bibliografia sobre o assunto, é o objetivo deste trabalho. Metodologicamente, quanto aos fins a pesquisa é exploratória porque, embora as práticas de lazer na cidade de São Luís no século XIX tenham recebido alguma atenção por parte dos pesquisadores, verificou-se a necessidade de estudos mais aprofundados sobre este tema. Quanto aos meios, recorreremos à pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, porque para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho foi realizada a investigação sobre os seguintes procedimentos: levantamento do referencial bibliográfico sobre o tema, que trata da história das práticas de lazer em São Luís no século XIX; pesquisa documental, porque se valeu de documentos referentes ao objeto de estudo. Conclui-se que o estudo dos lazeres e as situações urbanas nas quais estão inseridos mostram que a construção da cidade dá-se em função de necessidades de diferentes parcelas da sociedade que a habita e cujas classes buscam diferenciarem-se através de diversos cenários urbanos, alguns dos quais o lazer faz parte. No caso de São Luís, as práticas de lazer pareciam representar a cidade civilizada, distanciando-se do rural e provinciano ao buscar a construção de um modo de vida cosmopolita.

A MARUJADA DE BRAGANÇA: AS INTERVENÇÕES AÇORIANAS E SUA (RE) SIGNIFICAÇÃO NA PRIMEIRA DÉCADA DOS OITOCENTOS

Silvana Maria Montelo Lopes

O presente trabalho trata da estruturação da festividade da “Marujada” iniciada em 1798 a partir do “pedido” de 14 escravos para a realização da festa em homenagem ao “santo preto” e suas matrizes formadoras. De que forma a presença cultural dos açorianos introduzidos na Vila do Caeté (atual Bragança) em 1634, como fazendo parte do projeto pombalino de povoamento da colônia com famílias portuguesas como estratégia de ocupação frente à presença francesa, pode ter sido fundamental na estruturação do festejo. A estrutura da festa da Marujada segue os mesmos moldes da festa do Divino, com a esmolação, relações hierárquicas (juizes, imperatriz) homenagens e até mesmo as cores usadas nos trajes da Marujada remetem às “cavalhadas”, guerra entre Mouros (azul) e cristãos (vermelho). Na Marujada de Bragança, embora toda a estrutura da festa, de sua atitude eclesíastica até o arraial profano, neste caso o Barracão da Marujada, lembre a festa do Divino nos Açores, segue a condução de outro santo “São Benedito”, sendo que nesta simbologia já encontramos a forte presença da matriz negra, a criação de irmandades negras e suas (re) significações na primeira década do século XIX.

DIA 09/06

HORA / LOCAL: 09:00h às 12:00h - Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 5.

“REMÉDIOS QUE CURAM”: UMA LEITURA DAS PROPAGANDAS E DA UTILIZAÇÃO DOS MEDICAMENTOS PELA SOCIEDADE LUDOVICENSE (1850-1900)

Carlúcio de Brito Baima

A última sessão dos jornais do século XIX é extremamente curiosa no que diz respeito à quantidade de propagandas de medicamentos publicadas. Essas propagandas passaram a ser mais abundantes sendo normalmente acompanhadas de imagens. O texto tem como proposta analisar o efeito propagandístico e o uso e difusão dessas panacéias no cotidiano da população de São Luís. Além disso, busca-se compreender os cuidados com a higiene e /ou o combate a doenças, já que tais produtos poderiam ser utilizados também como uma prática preventiva.

A INTERDISCURSIVIDADE NA DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO: UM ESTUDO SOBRE OS PARAMENTOS E SEUS SIGNIFICADOS NAS MANIFESTAÇÕES LITÚRGICAS

Cláuberson Correa Carvalho

Esta pesquisa centra-se na área de investigação da Análise do Discurso (AD). Pretende-se identificar, no discurso da documentação sobre o acervo de indumentária do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM), as marcas que refletem os valores simbólicos dos paramentos usados em manifestações litúrgicas. Entende-se por documentação museológica o texto institucional que registra o estado de conservação, localização e descrição técnica de um objeto pertencente ao acervo do MHAM. O referencial teórico adotado corresponde às orientações dos principais autores da AD (Maingueneau, Fairclough e Foucault), no objetivo de compreender o fenômeno da interdiscursividade: diálogo implícito e/ou explícito de diferentes discursos presentes em uma mesma superfície discursiva. Utilizaram-se também os tratadistas litúrgicos Lebon e Pastro a fim de entender as representações significativas dos paramentos. Além da metodologia bibliográfica, realizaram-se visitas ao MHAM para registrar e coletar as fichas documentais sobre indumentária. A partir da análise dos corpora desta pesquisa, verificou-se que a ficha documental relaciona-se implicitamente com o discurso sobre o uso e função que cada indumentária religiosa detém durante as atividades e cerimônias litúrgicas.

CHIQUES E ELEGANTES: O MODERNISMO E O BEM VIVER EM CAXIAS NOS ANOS DE 1883 A 1895

Fernando da Silva Sampaio

O presente trabalho parte da premissa de analisar os ares de elegância, elitismo e bem viver que contagiavam a cidade de Caxias durante a segunda metade do oitocentos, sobretudo no período das Industrias Têxteis. A instalação da primeira têxtil maranhense na cidade de Caxias – Companhia Industrial Caxiense fundada em 1º de agosto de 1883 – inaugurava um novo período de glória para a cidade interiorana (DIÁRIO DO MARANHÃO, 14/08/1883, p.1). Assim, o universo caxiense emergia numa busca de consolidação deste modernismo, pela busca de novos costumes considerados civilizados (ELIAS, 1993). O padrão da sociedade caxiense refletia um afrancesamento, fazendo um rompimento com as noções de provincianismo. Paris era a capital do século XIX, ditando modas, modelos e figurinos a serem seguidos pelo mundo ocidental (BENJAMIN, 1985). Pelas águas do Rio Itapecuru e as linhas férreas chegavam à Caxias novidades do mundo Francês: roupas, acessórios, louças, manuais de civilidade, e até pianos (GAZETA CAXIENSE, 1892). Este universo parisiense adentrava as casas da elite caxiense, tornando um desejo adquirir, possuir e apresentar seus artigos vindos do estrangeiro. Além do mais as festas sociais, solenidades cívicas, festas religiosas e saraus eram os espaços onde se podia contemplar por toda a sociedade local o requinte que a sociedade caxiense ostentava durante a segunda metade do oitocentos.

AS SALAS DE CINEMA COMO ESPAÇO DE LAZER NA CIDADE DE SÃO LUÍS (MA) NO PERÍODO DE 1897 A 1920

Ilana Maira Carneiro Chagas

Considerada como a sétima arte, a cinematografia surgiu no final do século XIX em Paris para entreter e divertir o público. Com este intuito este trabalho tem como objetivo verificar a trajetória das exposições cinematográficas, resgatando a memória e identificando a importância lúdica das primeiras aparições até a consolidação das salas de cinema em São Luís como espaço de lazer para a sociedade. O trabalho é fundamentado numa pesquisa de cunho exploratório, porque embora o cinema no Maranhão tenha recebido alguma atenção por parte dos pesquisadores, não se verificou a existência de estudos que abordem as salas de cinema como espaço de lazer, por isso será analisado o referencial bibliográfico sobre temas, que tratam da história das salas de cinema em São Luís, visando enfatizar aspectos críticos desta área de estudo que possam subsidiar a pesquisa sobre a instalação do cinema ambulante na cidade, e documental, valendo-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. Para tanto, serão coletados dados em documentos bastante diversificados: documentos institucionais conservados em arquivos como os jornais da época e documentos institucionais de uso restrito; leis, projetos, regulamentos, registros de cartório. A totalidade deste trabalho concretizará um estudo com a finalidade de historicizar as aparições e as salas cinematográficas em São Luís, como fonte para prática de lazer dos ludovicenses.

DA PROSA AO VERSO: A APROPRIAÇÃO PELA LITERATURA DE CORDEL NORDESTINA DOS ROMANCES EUROPEUS DO SÉCULO XIX

Júlia Constança Pereira Camêlo

Nesta comunicação pretende-se discutir a transposição dos cordéis portugueses, romances publicados em edições baratas na forma de prosa para verso. Estes romances no século XIX foram bastante conhecidos no nordeste brasileiro, alguns poetas populares, ouviam, outros leram e reescreveram as histórias, em verso. A ideia é pensar que elementos da especificidade nordestina favoreceram essa escrita considerando o fato de que a sociedade nordestina era na sua maioria analfabeta. Também cabe avaliar a permanência desta mesma prática com obras nacionais como: A escrava Isaura.

RELAÇÕES CULTURAIS NO ÂMBITO DOMÉSTICO A PARTIR DA CULTURA MATERIAL NA FÁBRICA SANTA AMÉLIA

Michelle Ribeiro Silveira
Laura Natasha Nery Mendonça de Sousa

Este trabalho deriva do monitoramento arqueológico nas estruturas da antiga Fábrica Santa Amélia, paralelo às obras de restauro para o funcionamento dos cursos de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que torna possível vislumbrar as sucessivas ocupações do local por meio dos vestígios arqueológicos. Dentre esses vestígios temos artefatos que em sua maioria são referentes à ocupação doméstica anterior à implementação da Fábrica. A partir desses vestígios, é possível distinguir dois universos culturais (com) vivendo paralelamente, cada qual com suas peculiaridades, imposições e mesmo adaptações, observa-se a predominância das louças européias importadas, mas também uma produção local africana. Assim, busca-se compreender as dinâmicas de ocupações à partir da materialidade deixada pelos antigos ocupantes e interpretar os seus significados, sob o ponto de vista da cultura material em uma perspectiva histórico-cultural do período, buscando refletir sobre alguns significados simbólicos que permeiam o universo cultural.

DIA 10/06/11

HORA / LOCAL: 09 às 12:00h - Prédio da Arquitetura – UEMA, sala 5.

AS ATITUDES DO HOMEM PIAUIENSE DIANTE DA MORTE

Elane da Costa Oliveira

As atitudes diante da morte conquistaram espaços significativos na oficina do historiador. O que muito se deve a obra de Philippe Áries “O Homem diante da morte”. Os ritos assumem importante recurso para compreensão dos signos formadores da vivência devocional e sua relação na fabricação de comportamentos em sociedade. É nesse sentido que a proposta de investigação deste trabalho está em analisar e descrever as atitudes e sensibilidades do homem piauiense diante da morte, a partir do corpus documental privilegiado, que são: os testamentos, onde percebemos a busca do testador pela salvação da sua alma ao encomendar várias missas, desejando um enterro sem pompa, deixando dinheiro para a sua despesa funerária ou para ser doado aos pobres. As atitudes de cultura marcadamente informada pela devoção católica. Em um mesmo sentido, nos estatutos de irmandades do século XIX são registrados a assistência fúnebre aos seus membros, desde o lugar do sepultamento a quantidades de missas a serem custeadas pela instituição. Desse modo, as fontes citadas, de um lado a atitude particular a partir do testamento e a atitude coletiva a partir das irmandades constitui significativas para busca usos fúnebres, especialmente os cortejos, o local da sepultura, as missas. Em termos teóricos- metodológicos recorre-se aos instrumentos da História e da Antropologia na medida em que articulamos as relações de fronteira para problematização e análise das atitudes diante da morte no Piauí oitocentista.

O IMAGINÁRIO E O SENTIMENTO DE MORTE NOS RITUAIS FÚNEBRES NO PIAUÍ OITOCENTISTA

Josilene dos Santos Lima

Neste artigo procuro compreender, em meio aos rituais fúnebres, o imaginário e o sentimento de morte experienciado pelos sujeitos piauienses durante a segunda metade do século XIX. Deste modo, são observados os momentos compreendidos desde a preparação do enterro até o pós-morte, expressos nas narrativas encontradas em documentos como testamentos e compromissos de irmandades religiosas. Assim, os espaços como igrejas ou cemitérios, os objetos, as missas, as rezas e outros sufrágios presentes nos rituais são entendidos como meios de conhecer o imaginário, os sentimentos diante da morte e esta relação de permanência entre vivos e a memória dos mortos.

MORTES E ENTERRAMENTOS: MUDANÇAS NO MODO DE SEPULTAR EM TEMPOS DE CHOLERA MORBUS

Maria da Luz da Silva

Este trabalho tem por objetivo investigar as mudanças ocorridas no trato dos enterramentos dos mortos durante o período da epidemia de cholera morbus, ocorrida entre os anos de 1856 e 1862, na Província da Parahyba. No decorrer da segunda metade do século XIX, verificamos os esforços em acabar com os cemitérios nas igrejas e transferi-los para locais distantes do espaço urbano, com essa medida buscava-se diminuir a ação dos miasmas causadores dos surtos epidêmicos, pois havia a crença de que as exalações advindas dos defuntos sepultados nas igrejas eram as causadoras das epidemias e tais práticas passaram a ser vistas como sendo maléfica à saúde dos vivos.

A MORTE E O MORRER: PRATICAS FÚNEBRES EM TERESINA – PIAUÍ [1856-1899]

Marluce Lima de Morais

Preparar-se para a morte durante o século XIX compreendia as escolhas para um bem morrer. Os desejos do dono da morte eram prescritos em documentos oficiais, os testamentos, que validavam seus pedidos. A necessidade

destes testemunhos escritos evidencia as preocupações dos devotos em ter seus anseios atendidos. Desde modo, o ritual assume tamanha importância do no seio das devoções católicas. Este trabalho tendo como principal fonte os testamentos, busca analisar as atitudes e os sentidos atribuídos a morte e o preparo dela na comarca de Teresina (1856 – 1899). O centro da proposta está em analisar os pedidos e cuidados com a morte evidenciados por essas falas do passado.

A ARTE DE BEM MORRER: A CULTURA FUNERÁRIA NO PIAUÍ DO SÉCULO XIX

Elene da Costa Oliveira

Esta comunicação toma como referência a experiência religiosa do homem piauiense, privilegiando a descrição e a interpretação de ritos, práticas e diálogos mediados entre devotos e santos protetores para narrar histórias de fé, de religiosidade e de espiritualidade. Com uma pesquisa de natureza histórico-antropológica a proposta está em descrever e interpretar o sentimento religioso do homem piauiense a partir de ritos e de práticas fúnebres no Piauí do século XIX. Buscar o seu envolvimento com o preparo para a morte a partir de ritos tais como: a extrema-unção, a escolha da mortalha e a escrita de um testamento. Ou seja, a ritualística que prepara uma boa morte, a arte de bem morrer. Percebendo que os ritos constituem um conjunto de símbolos e significações, pois tratam da passagem do mundo dos vivos para o dos mortos. A morte e seus ritos são fenômenos culturais, historicamente produzidos que se tornam objeto de reflexões, permitem elaborar questões para pensar o fenômeno na cultura religiosa do Piauí. Os ritos não possuem uma estrutura fixa, os preparativos do cadáver do morto não se efetuam da mesma forma para todos, pois vários fatores influenciam: o econômico, o religioso, a condição de livre ou liberto. No que se refere as fontes os testamentos, estatutos de irmandades católicas e literatura de viagem do século XIX assumem lugar privilegiado no estudo.

O COTIDIANO DAS RELAÇÕES CONJUGAIS NO PIAUÍ OITOCENTISTA POR MEIO DE PROCESSOS JUDICIAIS

Mona Ayala Saraiva da Silveira

O presente artigo estuda as relações conjugais através uma série de processos cíveis, localizados no Arquivo da Arquidiocese de São Luís – MA, com o objetivo de entender cotidiano da vivência conjugal no Piauí do século XIX. Tais processos dão voz a homens e mulheres que falavam, amavam e morriam por outras razões e sentimentos. As várias histórias esquecidas naquelas caixas do Arquivo do Estado do Maranhão mostram um riquíssimo valor histórico, uma vez que revelam zonas obscuras da convivência do casal num tempo diferente do nosso. Além, de trazerem vozes que narram um dia-a-dia de zelo e honra ao enlace matrimonial. Portanto, essas fontes são importantes para o entendimento das relações de gênero, da complexidade dos arranjos conjugais e os valores morais que regiam a sociedade piauiense oitocentista.

ANA JANSEN NA MEMÓRIA ORAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DON'ANA IMAGINÁRIO POPULAR LUDOVICENSE

Peterson Passion Birino Miranda

O presente trabalho tem por objetivo analisar as representações sociais da figura de Ana Jansen que perpassam o imaginário popular ludovicense, tendo como aporte teórico as abordagens da História Cultural, em especial, lançando mão do conceito de representação tal como o concebeu Roger Chartier. Nesse sentido, pretende-se compreender, a partir dos testemunhos orais de pessoas comuns – moradores de diferentes pontos da Ilha de São Luís, as contradições, desvios e permanências das narrativas, contos e lendas acerca de Don'Ana, percebendo como estas se moldaram no imaginário popular ludovicense, e desta forma, como se constituem enquanto elementos notáveis na construção de nossa identidade maranhense.